

ESCOLA **informação**

Nº 253 jun./julho, 2012 . MENSAL . 0.50€

Eleições 2012-2015

Sócios renovam confiança na direção

LISTA A

2538 votos - 57,9%

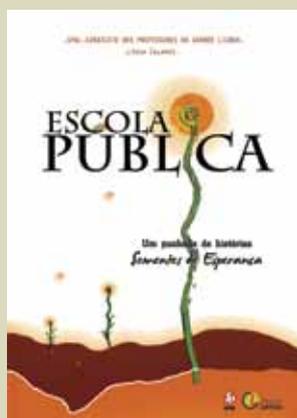
LISTA B

1542 votos - 35,1%

0 500 1000 1500 2000 2500 3000



LEITURAS



Escola Pública – Um punhado de histórias, sementes de esperança
AUTOR: SPGL e LÍGIA CALAPEZ
Edição: SPGL e CÍRCULO DAS LETRAS

UM LIVRO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E DOS SEUS PROFESSORES

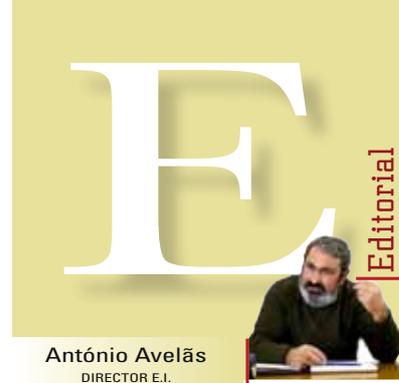
Sobre a Escola Pública em Portugal normalmente noticiam-se os aspetos negativos: as agressões entre alunos e às vezes aos professores, a agressividade dos encarregados de educação, o insucesso escolar, enfim, tudo o que uma escola não deveria ter – mas que, como reflexo (não automático) da sociedade, não pode deixar de ter... Os sindicatos, cumprindo o seu papel, denunciam a degradação

das condições de trabalho, o autoritarismo bacoco de uns tantos diretores, o não cumprimento do estatuto... Este livro – o primeiro “comercial” do SPGL – pretende ir no caminho oposto: publicitar o que de excelente os professores e os educadores fazem nas nossas escolas públicas, mesmo nas condições mais adversas. Nele se juntaram algumas das entrevistas e reportagens feitas nas nossas escolas básicas e secundárias ao longo de vários anos publicadas na revista do SPGL – o Escola-Informação. A seleção, feita pela jornalista Lígia Calapez, autora ela própria dos textos publicados na revista, cuidou de fazer variar os contextos: há excelentes práticas em escolas que poderíamos chamar de “elites” como as há nas escolas “amaldiçoadas”, que ficam sempre nos últimos lugares dos rankings e onde muito poucos aceitam de bom grado ser colocados. Relatam-se experiências conseguidas em escolas urbanas mas também em escolas rurais. Uma envolvem toda a escola outras abrangem apenas uma turma. Admito que a primeira reação dos professores que dão o seu melhor nas escolas particulares e cooperativas seja a de lembrarem que também aí há boas práticas que merecem ser divulgadas. Não se contesta. Mas sobre elas não costumam cair as acusações feitas à escola pública. É porque a escola pública é a que é frequentada pela maioria dos nossos jovens – e é bom que assim seja – há que defendê-la. Ela merece ser defendida de variados modos. Mostrar a dedicação e o empenho dos seus docentes, divulgar as inovações pedagógicas que nela surgem é uma dessas formas: é isso que esta obra pretende fazer. Ao sermos confrontados com estas estórias, inevitável é que nos interroguemos sobre o que é o sucesso escolar. O que aqui se mostra é que ele não pode limitar-se ao sucesso “académico”. Não que este não seja muito impor-

tante. É mesmo essencial. Mas a escola pública tem a particular excelência de o associar a uma forte formação cívica, estética, ética, criando desse modo uma visão diferente do sucesso – um sucesso integrador, formativo, verdadeiramente humanista. Porque as experiências aqui relatadas ajudam a criar nos seus intervenientes uma visão positiva da “sua” escola é de admitir que elas contribuam positivamente para as aprendizagens académicas. Mas mesmo que tal não aconteça nesta ou naquela escola, as aprendizagens que resultam destas vivências não perdem qualquer valor. Ajudam a formar pessoas, não apenas “alunos”.

Este livro é ainda uma homenagem aos professores e educadores. Mostra como foi injusta e hedionda a campanha contra eles lançada pela equipa Lurdes Rodrigues-Valter Lemos, uma campanha irresponsável que vai afetar a escola pública ainda por alguns anos. Bastaria que estes sujeitinhos se informassem sobre o modo como de facto os professores e educadores trabalham para que não vomitassem os chorrilhos de asneiras que tivemos de suportar. Quem depois de conhecer o que aqui se relata se atreveria a afirmar que os professores não se interessam pelos seus alunos? Quem se atreveria a dizer, mentindo, que os professores são uns faltistas quando confrontado com as muitas horas de trabalho voluntário que todas estas práticas exigem? Em muitas das nossas escolas públicas os docentes fazem verdadeiros milagres. É isso que este livro pretende divulgar. ■

Nota: O livro “**Escola Pública – um punhado de histórias, sementes de esperança**” – pode ser adquirido no circuito comercial (12 Euros) ou na sede e delegações do SPGL (10 Euros para os sócios)



E CONTUDO TEMOS ORGULHO EM SER PROFESSORES!

É um saudável costume fazer um balanço sempre que uma atividade ou um período determinado se encerra. Respeitemos a tradição e perguntemo-nos: que balanço é possível fazer do ano letivo que agora termina que não seja o ter de reconhecer que se tratou de um ano horrível? A grande maioria dos portugueses, nela incluindo professores, educadores e investigadores, viu o seu poder de compra fortemente diminuído quer pela marcha galopante e trágica do desemprego, quer pelos brutais cortes salariais (nomeadamente os cortes dos subsídios de natal e de férias aos trabalhadores da função pública) quer ainda pelos sucessivos aumentos dos impostos diretos e indiretos. Num país cuja economia se afunda em processos recessivos uma pequena minoria aumenta a sua riqueza, quantas vezes por meios fraudulentos e criminosos – que os tribunais raramente conseguem julgar e quando o fazem raramente condenam. É imperioso dizer que Portugal se tornou num dos países mais socialmente injustos e onde a desigualdade na distribuição da riqueza mais se acentuou no quadro da União Europeia. Num discurso moralista-punitivo acusa-se “o país” de ter vivido acima das suas possibilidades e, portanto, de estar agora a sofrer o justo castigo. Desta vez o justiceiro não é nenhum dos deuses divinos mas apenas o divinizado neoliberalismo e a sua germânica pontífice. “O país”, se por ele entendermos a generalidade dos seus habitantes, não viveu acima das suas possibilidades, viveu com os esquemas que os poderosos bancos e os governos lhe impuseram. Só uns poucos – os que continuam a enriquecer - terão certamente vivido e, pelos vistos, continuarão a viver, acima das suas possibilidades...

A pobreza alastra, atingindo também largos setores da classe média. Sente-se nas nossas escolas, na fome e má alimentação de muitas das nossas crianças e adolescentes.

Por outro lado – e certamente não desligado do que antes se disse - a escola pública é vítima de uma pesada contrarrevolução. De uma forma sistemática e ideologicamente inequívoca, mesmo que por pudor não confessada, assiste-se à destruição da escola democrática e inclusiva que generosamente construímos após a revolução de abril. Impõem-nos gigantescos mega-agrupamentos, ao arrepio não só do mais elementar bom senso mas do saber recolhido em outros países – aliás citados, quando convém, como exemplos de sucesso educacional. Regressam em força os exames, mesmo já no 4º ano, como se preparar mecanicamente para os exames fosse o paradigma de uma escola de qualidade e inovadora. A elitização já visível no ensino superior está a alastrar a todos os níveis de ensino, não a elitização fundada nos saberes e no trabalho, mas a que assenta no poder económico das famílias. Tudo está a ser preparado para uma escola (pública e privada) a duas velocidades: a das elites económicas e... a dos outros.

Os professores estão tristes. Descrentes. Alguns estão mesmo amargurados; muitos optam – e quem sou eu para os censurar? – por antecipar a sua aposentação. Há quem abandone o ensino – para lá dos que, pela via do desemprego, são forçados a abandoná-lo.

A capacidade de reagir a este dramático estado de coisas, entre os docentes como entre a população em geral, tem-se mostrado limitada. O que de resto a experiência histórica vem mostrando: a mobilização social é sempre mais difícil em momentos de crise profunda. Mas é neste contexto que urge resistir, lutando com firmeza e com inteligência. É imperioso denunciar o aumento brutal do desemprego docente que se antevê para setembro próximo; não podemos deixar de denunciar a precariedade e a instabilidade profissional que atingem grande parte da classe; não podemos deixar de denunciar a escola minorizada e empobrecida que Crato tenta impor aos portugueses. Há que refundar a democracia nas nossas escolas, alterando o modelo de gestão.

Aos sindicatos compete fomentar, construir e ampliar esta resistência. Eles não têm o exclusivo da resistência, mas são parte fundamental desse processo. É pois indispensável reforçá-los. A sindicalização tornou-se cada vez mais uma exigência de cidadania em nome da defesa da democracia e, no nosso caso, da escola pública.

O SPGL realizou no passado 31 de maio a eleição dos seus corpos gerentes para 2012-2015. Ao elegerem de forma inequívoca – e em eleição cuja transparência “pede meças” a qualquer outra – uma lista que é, em muitos pontos, continuação da direção anterior, os sócios tornaram claro que querem que o SPGL persista no rumo de independência, de exigência e de democraticidade que, contra alguns” ventos e marés”, tem prosseguido. Tudo faremos para merecermos a confiança em nós depositada. Sobretudo tudo faremos para mobilizar os professores em defesa da escola pública, de qualidade e democrática. Tudo faremos, com os professores, para travar a marcha para o empobrecimento do país que este governo parece empenhado em cumprir. Tudo faremos para que o regresso a uma escola democrática e empolgante nos liberte desta tristeza amargurada em que nos mergulharam. Tarefa difícil? Sem dúvida. Mas cumpri-la é uma exigência de responsável cidadania. E sobretudo do orgulho de sermos professores! ■



ficha técnica:

Director: António Avelãs .Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires . Redacção: Lígia Calapez (Jornalista). Fotojornalista: Paulo Machado . Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha
Composição: Luísa Pereira . Revisão: Luísa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 21 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.

O primado da política

■ Manuel Grilo

Um sul americano que passou por Portugal num destes dias esboçou um sorriso e disse-nos uma palavra compadecida – “Já passámos por aí. Vai doer”, diz-nos. “Até chegarem à conclusão que têm de se livrar dos chacais vai doer. E quanto mais tempo demorarem mais dor” (Eduardo Pereyra, do CTERA, da Argentina)

Sabemos que as realidades não são iguais mas não deixa de ser no mínimo curioso que a receita neo-liberal lá como cá passou pelas privatizações dos monopólios naturais, pela desvalorização brutal dos salários e das pensões, pelo aumento do desemprego (na Argentina chegou aos 54%), pelo acudir aos bancos e pela miséria a que se queria condenar todo um povo.

Mas, como enfatizou na altura, não é pela economia que vamos sair deste atoleiro. Estas crises só têm saída pela política. Não há saída económica para esta crise. As medidas a que nos querem condenar são um ciclo vicioso – mais dívida e mais austeridade e mais dívida a que se segue mais austeridade, e sempre pior. A saída para a crise só pode ser uma saída política.

A desvalorização da política que sempre tentam – “não pode ser de outra forma”; “seja quem for, tem de tomar estas medidas” – é porque sabem que é na política que reside a solução.

É por isso que por estes dias andam no ar várias movimentações, entendimentos que se tentam e voltam a tentar até sermos capazes de definir uma solução política. ■

Neste número:

2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Eleições SPGL – triénio 2012-2015

13 Cidadania

O véu da ignorância

15 Reportagem

15. Género e sexualidade, um projeto para desconstruir estereótipos

19. Recriação histórica em S. João da Talha

20. EB1 da Madalena em festa

21 Escola/Professores

21. Encontro de Educação Especial

23. Educação e diversidade cultural

24. Respeitar as diferenças

25. 6º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa

26. Tribuna Pública – Apostar no Ensino Superior e na Ciência

27. Ensino Particular e Cooperativo

28. Um período de muitas lutas

29 Opinião

Interrogações e perplexidades em torno das provas de aferição do 1º Ciclo

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Avaliação de Desempenho do pessoal docente a termo resolutivo



Um ano de Passos / Portas



PÁGINA
28

Foto: Felizarda Barradas



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº253 junho/julho 2012

■ “Pelo trabalho desenvolvido, pelas diferentes intervenções realizadas, por novas ideias que entretanto foram surgindo, pelo correto funcionamento das mesas eleitorais, pela mobilização sindical e pelo empenho em todas as tarefas por um largo número de professores, este período eleitoral demonstrou, mais uma vez, que o Sindicato de Professores da Grande Lisboa se mantém como um organismo vivo, forte e dinâmico”.
Palavras com que termina o texto da MAG, que encerra este Dossier dedicado às eleições no SPGL, e que traduzem uma significativa mensagem de confiança. ■

Apuramento de Resultados das Eleições CONSELHO GERAL E CONSELHO FISCAL

A) Votação para a Mesa da Assembleia Geral e Direcção Central

Eleitores	15.739
Votantes	4.381
Votos A	2.538
Votos B	1.542
Branco	255
Nulos	46

B) Votação para o Conselho Fiscal

Eleitores	15.739
Votantes	4.381
Votos A	2.380 - 3 Mandatos
Votos B	1.378 - 2 Mandatos
Votos C	224
Votos D	161
Branco	211
Nulos	27

C) Votação para o Conselho Geral

Eleitores	15.739
Votantes	4.383
Votos A	2.372 - 10 Mandatos
Votos B	1.375 - 6 Mandatos
Votos C	243 - 1 Mandato
Votos D	153
Branco	213
Nulos	27

D) Votação para as Direcções Regionais

	Lisboa	Oeste	Santarém	Setúbal
Eleitores	7.273	1.311	1.384	3.024
Votantes	1.863	451	467	1.046
Votos A	1.036	255	261	558
Votos B	506	152	186	416
Votos C	134	*	*	*
Votos D	75	*	*	*
Branco	97	30	17	64
Nulos	15	14	3	8

(*) Não concorreu.

E) Votação para as Direcções de Zona da Região de Lisboa

	Amadora/ Sintra	Lisboa Cidade	Loures/ Odivelas	Oeiras/ Cascais	Vila Franca/ Azambuja
Eleitores	1.630	2.403	1.078	1.076	555
Votantes	387	661	272	250	136
Votos A	202	384	168	94	85
Votos B	103	165	91	79	36
Votos C	22	38	*	51	*
Votos D	23	31	*	16	*
Branco	31	37	12	9	10
Nulos	6	6	1	1	5

(*) Não concorreu.

Eleições para os CORPOS GERENTES, DO FISCAL para o triénio 2012/2015

F) Votação para as Direções de Zona da Região Oeste

	Alenquer/Arruda dos Vinhos	Caldas da Rainha	Mafra	Torres Vedras/Lourinhã
Eleitores	183	526	216	377
Votantes	56	190	82	119
Votos A	45	101	67	58
Votos B	*	72	*	41
Branco	9	14	14	10
Nulos	2	3	1	10

(*) Não concorreu.

G) Votação para as Direções de Zona da Região de Santarém

	Abrantes	Santarém	Santarém Oeste	Santarém Sul	Tomar	Torres Novas
Eleitores	252	379	74	171	239	242
Votantes	89	155	50	55	61	55
Votos A	61	81	24	30	33	33
Votos B	24	69	26	22	26	18
Branco	4	3	0	3	2	4
Nulos	0	2	0	0	0	0

H) Votação para as Direções de Zona da Região de Setúbal

	Almada/Seixal	Barreiro	Setúbal	Sul de Setúbal
Eleitores	1.226	800	673	264
Votantes	424	270	224	97
Votos A	205	150	106	80
Votos B	163	93	105	12
Votos C	22	14	*	*
Branco	31	12	10	5
Nulos	3	1	3	0

(*) Não concorreu.

I) Votação para as Áreas Académicas do Ensino Superior

Área Universitária 1

Eleitores	180
Votantes	54
Votos A	38
Votos B	16
Branco	0
Nulos	0

Área Politécnica

Eleitores	161
Votantes	31
Votos A	27
Branco	4
Nulos	0

Área Universitária 2

Eleitores	204
Votantes	64
Votos A	51
Votos B	12
Branco	1
Nulos	0

Área Ensino Superior Particular e Cooperativo

Eleitores	83
Votantes	13
Votos A	9
Branco	3
Nulos	1

Face a estes resultados conclui-se pela eleição da Lista A para a Direção Central do SPGL, para a Mesa da Assembleia Geral, para as Direções Regionais de Lisboa, Santarém, Setúbal e Oeste e para as Direções de Zona de Amadora/Sintra, Lisboa Cidade, Loures/Odivelas, Oeiras/Cascais, Vila Franca/Azambuja, Alenquer, Caldas da Rainha, Mafra, Torres Vedras, Abrantes, Santarém, Santarém Sul, Tomar, Torres Novas, Almada Seixal, Barreiro, Setúbal, Sul de Setúbal e todas as Áreas Académicas.

E pela eleição da Lista B para a Direção de Zona de Santarém Oeste.

Os Sócios reafirmaram a confiança em nós

• António Avelãs

Presidente da Direção

Com a transparência necessária nestes atos, a LISTA A – SPGL. A FORÇA DOS PROFESSORES – apresentou-se como continuidade do trabalho desenvolvido pela direção cessante. Ao vencer de forma nítida as eleições, pode afirmar que os sócios do SPGL reafirmaram a confiança no rumo que o SPGL tem vindo a trilhar. Mas convém que analisemos com mais cuidado os números destas eleições. E eles mostram-nos que a nossa vitória foi nítida em todas as direções regionais e apenas em duas zonas sindicais ela esteve em causa: na zona de Setúbal, onde ganhámos por um voto, e em Santarém Oeste onde perdemos por dois. Particularmente significativas foram as nossas vitórias em todas as zonas do direção regional de Lisboa, nomeadamente na zona de Oeiras onde tínhamos perdido há três anos. E também em Almada-Seixal, tradicionalmente considerada como zona de muito forte influência da Lista B. A ligeira diminuição percentual dos votos na Lista A relativamente à votação de 2009 é o normal desgaste de quem tem de gerir o sindicato em tempos tão duros como os anos que estamos a atravessar.

Mas a análise dos números mostra também que a participação na votação foi baixa: ligeiramente inferior a 30% dos sócios com direito a voto. Isto, apesar de toda a campanha informativa desenvolvida, do envio de boletins de voto para todos os sócios, de modo a facilitar o voto por correspondência, que de facto aumentou, e do funcionamento de 230 mesas nas várias escolas. É mais um sinal do afastamento da participação direta na vida do sindicato, de que outros sinais preocupantes são a escassa presença de sócios nas assembleias gerais e a persistente falta de quórum nas

assembleias de delegados sindicais. Outro dado preocupante é a diminuição nítida do número de sócios com direito a voto: se em 2006 eram 21297, para este ato eleitoral o número desceu para 15739. Perante estes números podem tomar-se três atitudes. Acusar alegremente a direção de mau trabalho e de falta de empenho, esquecendo todas as situações objetivas que para ela concorrem, independentemente do esforço e do trabalho desenvolvido pela direção e delegados sindicais. Foi a estratégia da Lista B, centrada na tese (falsa) de que não há presença dos dirigentes nas escolas, omitindo que esta quebra dos valores da sindicalização também se verifica nas escolas dos seus candidatos e em todos os outros sindicatos de professores (e de um modo geral, em todos os sindicatos). Outra atitude, tão fixista e conservadora como a anterior, é limitarmo-nos a “descrever” as causas desta quebra: a diminuição real do número de docentes no sistema, o ritmo acelerado das aposentações, as dificuldades económicas que os portugueses estão a atravessar, a enorme dificuldade em sindicalizar os contratados... Propomo-nos seguir outro caminho: sem descurar as causas objetivas, reforçar uma campanha sistemática e organizada de apelo à sindicalização. Mas este esforço tem de ser um trabalho de todos os que percebem a importância social dos sindicatos e não apenas da direção.

Um dado a não escamotear e que obriga a uma discussão fraterna: estas eleições foram uma oportunidade perdida na busca de uma unidade mais alargada. Enquanto direção anterior tomámos a iniciativa de propor à lista B a constituição de uma lista única. Fizemo-lo mesmo tendo de superar algumas oposições internas. A “oferta” que fizemos foi mais do que generosa: uma vice-presidência, a coordenação da direção regional de Lisboa, o lugar de

tesoureiro, 5 elementos na comissão executiva e pelo menos 25% dos lugares em todos os órgãos. Além da indicação do vice-presidente para o secretariado nacional da FENPROF. Como os resultados confirmam, fizemo-lo não com receio de perder as eleições, mas por sentirmos que, no atual estado de crise, esta unidade seria importante para os professores e educadores. Trabalhámos todos com total honestidade. Fomos (os dois lados) superando todas as dificuldades, de tal modo que chegámos com os negociadores da lista B a um texto que mereceu o acordo de todos. À última hora, os negociadores da Lista B romperam a hipótese de um acordo que parecia mais do que assegurado. Têm a obrigação de explicar aos professores porque o fizeram. Mas o mais importante é que esta unidade, que não foi possível no plano eleitoral, se concretize no quotidiano da vida sindical em que todos temos de estar envolvidos. É justo que se agradeça aqui aos muitos docentes que asseguraram o funcionamento das mesas, na maior parte das vezes conseguindo conciliar a sua presença com o seu horário letivo. E é também justo que se diga que se houve colegas indicados para as mesas sem sua prévia autorização tal nunca aconteceu com os indicados pela lista A! Um raciocínio mesquinho e demagógico tenderia a perguntar como é que, reconhecendo estas dificuldades, a direção cessante – que continua na lista agora vencedora – considera que fez um bom trabalho e merece a confiança dos sócios. É que fazemos da transparência e da clareza uma das nossas armas. Não mentimos, não enganamos, não escamoteamos. Não cruzamos os braços acusando outros, não desistimos de modificar realidades cuja força não fingimos ignorar. ■

Eleições 2012

Balanço e perspectivas futuras

• **Francisco Santos**

| Sócio nº 32628, delegado sindical |

Terminada que está a disputa eleitoral e conhecidos os seus resultados, é tempo de fazer um balanço, perceber as mensagens que foram enviadas pelos sócios e deitar mãos à obra, organizando o trabalho de forma a cumprir o que cada um prometeu aos eleitores durante a campanha. Nós Professores Unidos - LISTA B - não conseguimos o nosso objetivo principal, que era substituir a direção em exercício. No entanto não nos esquecemos de que mais de um terço dos votantes nos deu a sua confiança e acreditou que, conosco, o SPGL poderia voltar a ter mais delegados sindicais, núcleos sindicais mais ativos e dirigentes mais próximos desses núcleos e dos seus delegados.

Tendo em vista o mandato conferido por 35% dos votantes, seremos uma oposição consciente das responsabilidades e procuraremos pôr em prática os princípios que apresentámos aos sócios – dinamizar os núcleos sindicais nas escolas onde existem professores que foram candidatos nas nossas listas, ajudar à eleição e assunção de tarefas de novos delegados sindicais, trabalhar no sentido de revalorizar as AGS e ADS.

Assumimos estas tarefas como prioritárias pois, embora não tenhamos a responsabilidade de dirigir o sindicato, não nos conformamos com a diminuição permanente do número de sócios e a perda sucessiva de eleitores e votantes, que se vem verificando ao longo da última década.

Sabemos que o fenómeno de perda de sindicalizados afeta todo o movimento sindical unitário, mas a constatação desse facto não deve conduzir à aceitação de uma espécie de

fatalismo e, pelo contrário, exige de cada membro do SPGL o seu empenho e criatividade, no sentido de procurar romper com o círculo vicioso da perda de sócios que enfraquece o sindicato, o afasta dos professores e das escolas, agravando o fenómeno de dessindicalização.

Ao longo da campanha eleitoral, visitando centenas de escolas existentes na área do SPGL, ouvimos constantemente queixas sobre a ausência do sindicato. Eventualmente com alguma injustiça, a generalidade dos professores não olha para o SPGL como “o seu” sindicato, como comprovam os próprios números do ato eleitoral: em 2006 votaram 8048 de 21297 eleitores inscritos (37,8%), em 2009 votaram 6448 de 17621 inscritos (36,6%) e agora só votaram 4381 dos 15739 inscritos (27,8%). Estes números, que em si mesmo são significativos, levam-nos a concluir que até os professores que são sócios do SPGL se sentem cada vez mais distantes do sindicato.

A própria metodologia de votação que foi escolhida pela direção, e aprovada numa ADS com baixíssima participação, contribuiu para agravar o distanciamento do sindicato em relação às escolas. A constante diminuição do número de mesas de voto é, ao mesmo tempo, sintoma do desinteresse de muitos sócios pelo ato eleitoral e causa de um agravamento do sentimento de distância entre dirigentes e associados. Por que é forçoso não esquecer que, em dezenas de escolas, o ato eleitoral é atualmente uma das raríssimas manifestações de existência do sindicato nas escolas. O facto de em muitas delas não existir sequer um painel sindical, ou o que existe estar completamente desatualizado e, em muitos casos, já só ter informação de outros sindicatos, tem que

ser objeto de uma profunda reflexão conjunta por parte de todos os ativistas que estiveram envolvidos nas eleições.

Reflexão que terá que constituir a base do trabalho durante o próximo triénio e que deverá envolver os ativistas afetos à direção e todos quantos constituem as oposições representadas nas outras três listas. Um trabalho que vai passar, necessariamente, pela revisão dos estatutos de forma a envolver mais os sócios na vida do sindicato, por um esforço permanente de recrutamento de novos sindicalizados e de conquista de novos delegados sindicais e, claro, pela participação nas lutas dos professores e de todos os trabalhadores contra o medo, a resignação e a aceitação das políticas agressoras que nos são impostas pelos governos da direita e pelo capitalismo globalizado.

A terminar um pensamento de esperança em que é possível inverter o caminho para o definhamento e a perda de influência do SPGL: apesar da constante perda de sócios, verificada nos últimos anos, o SPGL é ainda o maior sindicato de professores e um dos sindicatos portugueses com mais sócios. Se é verdade que nem a direção, nem as três listas que se lhe opuseram foram capazes de mobilizar para o voto 11358 (72,1%) sócios que tinham direito a escolher os novos dirigentes, não é menos verdade que estes sócios continuam a pagar as suas quotas e ainda acreditam que o SPGL os pode representar e defender. É também com cada um deles que temos que contar para voltar a colocar o SPGL no rumo do crescimento e da afirmação sendo fundamental estabelecer com eles o diálogo e não lhes dar mais razões para que sejam os próximos a abandonar o seu sindicato. ■

Um balanço positivo na luta por um sindicalismo combativo e independente

• Eduardo Henriques

IES Emídio Navarro I

Nas eleições de 31 de maio um primeiro balanço salta à vista: a elevadíssima abstenção dos professores sócios do SPGL (72%, mais 9% do que em 2009). Este crescimento da abstenção, que nenhuma corrente sindical deve ignorar e em particular a direção do SPGL reflete não só a atual desmobilização mais geral da classe trabalhadora, mas também e principalmente a ação dos dirigentes do SPGL e da FENPROF que, “*negociando acordos e entendimentos à revelia do sentir e vontade da grande maioria das reivindicações da classe e semeando deste modo derrotas e desmobilização...*” (programa da lista C).

Será preciso relembrar o memorando de abril de 2008 subscrito pela FENPROF (e com o qual o SPGL esteve de acordo) ou o acordo de janeiro de 2010 com a ministra Isabel Alçada? Será preciso relembrar que naquele momento os enfermeiros estavam em fortíssima mobilização (com greves de 3 dias!) e muito ficou por fazer para unir os professores a esse setor avançado na luta contra o governo Sócrates? Em vez de unir, as direções dos sindicatos docentes têm contribuído para isolar os professores nos momentos de mais forte mobilização. Assim sucedeu na manifestação da Geração à Rasca de 12 de março de 2011, onde a FENPROF e os dirigentes do SPGL/Lista A encerraram os professores no Campo Pequeno, em vez de os mobilizar para a Av. da Liberdade!

A cada vez mais falada crise do sindicalismo que temos e a falta de entusiasmo que (não) suscita junto das diversas bases sindicais é em grande medida o fruto das oportu-

nidades anteriormente perdidas por uma orientação dependente da concertação e dos acordos com o poder. A derrota no terreno político e sindical do atual *tsunami* que arrasa a classe trabalhadora portuguesa e europeia exige que se construa um outro caminho.

Um passo em frente para continuar a organizar o movimento 3Rs

Apesar do efeito nefasto deste tipo de sindicalismo, um grupo de ativistas do SPGL ligado ao movimento 3Rs decidiu voltar a apresentar-se às eleições de maio deste ano (fê-lo pela primeira vez em 2009) e divulgar junto dos colegas uma alternativa de resistência e luta. Há muito combatemos por que os acordos e memorandos com os governos sejam “*sujeitos ao sufrágio democrático da base*” (idem), que desde as fortes mobilizações de 2008 pugnam pela unidade dos sindicatos com os movimentos independentes que então surgiram, e que há anos insistem na necessidade de rejuvenescer as direções sindicais, nomeadamente acabando com os mandatos infinitos dos dirigentes e os obstáculos estatutários para um efetiva rotatividade democrática dentro do SPGL.

O balanço que fazemos é que o movimento 3Rs/lista C cresceu em número de candidatas (de 21 em 2009 para 58 em 2012), concorreu a 8 órgãos (mais 7 do que em 2009) – por exemplo na direção de zona de Oeiras-Cascais, onde concorremos pela primeira vez, conseguimos 20,4% dos votos – e elegeu pela primeira vez um representante para um desses órgãos (o único professor contratado eleito para o Conselho Geral). Esta conclusão não deve, no entanto, ser lida fora

do contexto concreto de que somos ainda uma lista minoritária e que só obteve 5,5% dos votos expressos.

Pensamos que este crescimento resulta não só das nossas ideias e programa mas sobretudo da nossa prática: estamos na ação diária nas escolas como delegados e ativistas sindicais, estamos na rua nos momentos de luta, promovidos pelos sindicatos mas também pelos movimentos alternativos (15 de novembro de 2008, Geração à Rasca, plataforma 15O, etc.) e, apesar de todos os obstáculos burocráticos, continuamos a batalhar para **Renovar, Refundar e Rejuvenescer o movimento reivindicativo dos Professores**. Estes resultados e dinâmica positivos são também o nosso contributo para o debate e reflexão que todos precisamos de fazer, em particular os colegas que têm tentado trilhar outros caminhos diferentes do sindicalismo oficial. Estão de parabéns todos os colegas que ajudaram a erguer esta alternativa dentro do SPGL, muitos dos quais participaram pela primeira vez em eleições sindicais.

O movimento 3Rs continuará a apelar a que os professores, sindicalizados e não sindicalizados, se organizem – quer consigo, quer nas escolas e nos sindicatos – para melhor defenderem os seus postos de trabalho e direitos, e deste modo a escola pública.

Finalmente saudamos a luta e a greve dos médicos dos dias 11 e 12 de julho e apelamos a que todos os docentes participem na próxima manifestação conjunta no segundo daqueles dois dias, no Rossio, que se propõe unir as lutas dos dois setores contra a política do governo de Passos Coelho. Também lá estaremos!

Acompanha-nos em www.movimento3R.pt. ■

Eleições 2012 como (não) renovar o SPGL

• Carlos Vasconcellos

| Sócio nº 21053, delegado sindical |

As eleições do dia 31 de Maio no SPGL, ocorridas no contexto do mais violento ataque de sempre contra a Escola Pública e os Direitos dos Professores, deveriam ter constituído, para as diversas listas concorrentes, uma ocasião privilegiada para o debate de soluções para a grave crise que o movimento sindical docente atravessa. E, desde logo, para a apresentação de propostas para um verdadeiro Plano de Luta que permitisse enfrentar - e derrotar - a ofensiva do Governo contra a Escola Pública e contra os direitos socioprofissionais dos Professores portugueses. Plano de Luta que teria de prever a adopção imediata de medidas duras que pudessem travar o iminente despedimento de 25.000 professores (contratados e não só). Isto seria, repetimos, o mínimo que se poderia esperar das listas concorrentes.

Pura ilusão.

Só a lista D - “Autonomia Sindical”, do Grupo de Sindicalistas Independentes (GSI), apresentou no seu Programa uma proposta de plano de luta que incluía, como primeiro objectivo, a vinculação dos colegas contratados e previa, expressamente, greve às avaliações finais.

A lista A limitou-se a elencar no seu Programa as medidas do MEC que irão contribuir para o despedimento de milhares de professores, apontando como única solução para tal: “uma revisão curricular (...) com uma ampla discussão (...)”.

A lista B também afinou pelo mesmo diapasão, limitando-se a alinhar, no seu Programa, um conjunto de medidas tecnocráticas que, eventualmente, mitigariam o desemprego docente.

Convergência entre A e B que se alargou à necessidade de um plano de luta coerente - ambas as listas (A e B) omitiram qualquer referência à mera eventualidade da sua existência.

Quanto à greve às avaliações, reclamada por um grande número de professores nas escolas, A e B mais uma vez estiveram em sintonia - Zero!

É claro que, com tantos pontos em comum, não admira que AA e BB tivessem passado a maior parte do Segundo Período em conciliábulos tendentes à constituição de uma lista dita de “unidade” - tendo o “negócio” abortado pelas razões habituais nestes processos: desacordo na distribuição dos “poleiros”.

Quanto à lista dos “3 R’s”, que **este ano, se apresentou com a letra C**, embora reivindicasse (entre muitas outras coisas) a vinculação dinâmica dos professores contratados, também nada disse quanto ao plano de luta e à greve às avaliações, preferindo apelar à criação de uma plataforma de movimentação social supra-sindical. Nada de estranho, se considerarmos que a lista C - “3 R’s” foi claramente hegemonizada por um partido. Tal como, aliás, a lista B.

Fenómeno que, embora menos nitidamente, também ocorreu na lista A, formada na base de uma coligação e perfeitamente aberta a “arranjos” inter-partidários - como se verificou pelas negociações falhadas com a lista B.

E, chegados aqui, atingimos um ponto fulcral - só um Sindicalismo autónomo, sem vinculações partidárias (ou outras) poderá garantir que os interesses defendidos pelo SPGL serão os dos Professores e não os de um qualquer grupo de pressão, prosseguindo objectivos estranhos à Classe Docente.

E, esse Sindicalismo, só a lista D

- “Autonomia Sindical”, o poderia garantir.

Como também só a lista D defendeu inequivocamente a necessidade de um Plano de Luta eficaz, incluindo aquilo que é, desde há muito, uma reivindicação dos Professores nas Escolas - **a greve às avaliações**.

Greve da qual as listas A e B fogem como “o diabo da Cruz”, e sobre a qual a lista C - “3 R’s”, nada disse. Situação que se repetiu já após as eleições, quando, no momento da publicação do Despacho dito de Organização do Ano Lectivo, apenas a lista “Autonomia Sindical” (lista D) assumiu uma posição - e clara! - sobre a necessidade de uma resposta enérgica a mais uma medida anti-educativa e de fomento do desemprego docente provinida do MEC.

Noutro plano e no que se refere à ratificação democrática através de referendo dos Acordos de fundo estabelecidos com o MEC, saudamos a abertura dos colegas das listas A e C à consagração estatutária desta medida - **que nós já defendemos há 23 anos!**

Por último, e mais importante do que qualquer resultado eleitoral, é o Futuro.

Desde logo, o Futuro próximo - em Setembro, quem assumirá o ónus de, por omissão, ter contribuído para o despedimento de 25.000 professores contratados?

Certamente, todos aqueles que, nas Direcções do SPGL e da FEN-PROF, ou na “oposição” a essas Direcções, se opõem, isso sim, à concretização de um verdadeiro Plano de Luta.

Pela nossa parte, de consciência limpa, continuaremos por um Sindicalismo Autónomo, Democrático, Combativo.

O único que garantirá aos Professores que irão **Lutar para Vencer**. ■

Balanço das Eleições

• **Artur Baptista**

Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante

As eleições para os Corpos Gerentes, Conselho Geral e Conselho Fiscal do SPGL para o triénio 2012–2015 foram realizadas no passado dia 31 de maio.

Num breve balanço de como decorreu a preparação e o ato eleitoral e nos momentos em que a MAG participou, começamos por assinalar, de uma forma positiva, a intervenção do Conselho Fiscal no sentido de procurar, por todos os meios, não inviabilizar qualquer lista candidata a estas eleições. Essas decisões geraram, como consequência, um atraso no início dos trabalhos da Comissão Eleitoral. Só foi possível a recuperação deste tempo e o levar a cabo as restantes tarefas devido ao elevado grau de profissionalismo, empenho e dedicação dos funcionários do SPGL que acompanharam este processo. Sem esse suporte administrativo não seria possível cumprir os prazos estabelecidos nas diferentes fases pela complexidade do processo eleitoral, acrescida às inerências de aplicação de uma nova metodologia.

Conforme regulamento aprovado em assembleia de delegados, esta eleição envolveu novos procedimentos, tornando-a mais complexa na contabilização dos votos. Os votos por correspondência foram levantados nos dias 1 de junho e 4 de junho. Pela metodologia aprovada, só após a contagem dos votos presenciais e dos votos por correspondência com credencial se poderiam

contabilizar os votos condicionais. Assim, nas 232 mesas eleitorais registaram-se 1201 votos presenciais e 2271 votos condicionais. Os votos por correspondência totalizaram 2976, dos quais com credencial foram levantados 919 no dia 1 de junho e 27 no dia 4 de junho. Ficaram, pois, condicionais os restantes 2030 votos por correspondência.

Daqui resultou que dos escrutínios efetuados só foi possível publicitar resultados provisórios pela Comissão Eleitoral no dia 4 de junho à tarde, estando nessa altura contabilizados apenas 2147 votos que correspondiam a cerca de 1/3 dos votos finais. De facto não teria qualquer expressão publicitar resultados no dia 1 de junho pois só estavam contabilizados apenas 18,6% dos votantes totais.

Esta situação acabou por causar esforços acrescidos durante o escrutínio. Mesmo assim a MAG regista com agrado que a Comissão Eleitoral efetuou a publicação dos resultados eleitorais nos prazos estatutários previstos.

A presença de elementos da direção, em todas as reuniões, tornou-se num fator muito positivo para identificação e resolução de problemas surgidos durante a preparação do ato eleitoral, no dia das eleições e durante o escrutínio.

Não podíamos deixar de sublinhar como inquestionável o empenhamento, assiduidade e colaboração dos representantes das quatro Listas concorrentes, considerando os condicionalismos inerentes aos compromissos profissionais dos

seus elementos. A MAG reconhece e salienta a qualidade do trabalho sindical desenvolvido pela Comissão Eleitoral em prol do SPGL. Sem o esforço de todos não teria sido possível levar a cabo toda esta tarefa.

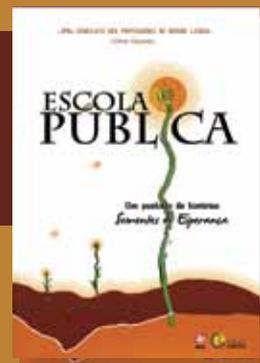
Para terminar, deixamos uma nota final relativa aos estatutos. Uma das questões que se tem colocado para a necessidade de agilizar o funcionamento das estruturas sindicais é a necessidade de se proceder à revisão dos estatutos do SPGL.

Ainda no período eleitoral, no debate realizado com todas as listas concorrentes às eleições, na Escola Secundária Camões, os presentes pronunciaram-se, entre outros aspetos, no sentido de providenciar que o número de proponentes para os órgãos centrais seja reduzido. Foi mesmo proposto que todos se dispusessem a efetuar a revisão dos estatutos com um consenso o mais alargado possível. E esta será, sem dúvida, uma boa aposta para ocorrer durante este mandato.

Pelo trabalho desenvolvido, pelas diferentes intervenções realizadas, por novas ideias que entretanto foram surgindo, pelo correto funcionamento das mesas eleitorais, pela mobilização sindical e pelo empenho em todas as tarefas por um largo número de professores, este período eleitoral demonstrou, mais uma vez, que o Sindicato de Professores da Grande Lisboa se mantém como um organismo vivo, forte e dinâmico. ■

É PRECISO MOSTRAR O QUE DE EXCELENTE SE FAZ NA ESCOLA PÚBLICA

O livro **Escola Pública - Um punhado de histórias, Sementes de esperança** pode ser adquirido no circuito comercial (12 Euros) ou na sede e delegações do SPGL - Sindicato dos Professores da Grande Lisboa



O véu de ignorância

Joaquim Jorge Veiguinha

Um ano após o memorando de entendimento com a ‘troika’ Portugal afunda-se na recessão e no empobrecimento sem sinais positivos relativamente à dívida pública e ao défice. Os dados falam por si: em abril de 2012, o PIB registou uma quebra de 3,3% em termos homólogos, o consumo privado uma redução de 5,8% e o investimento uma queda de 10,2%. Por sua vez, o desemprego atingiu 14,5% da população ativa e 35,4% da população jovem. Mas este flagelo é ainda mais grave do que o revelado pelos números oficiais, já que a sua taxa real, que engloba os inativos disponíveis para trabalhar e o subemprego visível, se situa em 21,5%, o que, em termos absolutos, equivale a 1.224.400 desempregados. Entretanto, o esperado ‘motor’ do crescimento económico – as

exportações – aumentou apenas 2,1% relativamente a abril do ano passado quando, em 2011, estas tinham crescido 7,4%. Para completar este quadro, o défice e a dívida públicos subiram, apesar dos cortes: o primeiro derrapou para 7,9% no primeiro trimestre deste ano e a segunda atingiu 112,5% contra 107,8% em abril de 2011. Por fim, apesar do aumento da carga fiscal, as receitas tributárias registaram uma queda significativa no mesmo período.

Apesar da clareza dos números, um ‘véu de ignorância’ envolve Governo e algumas instituições internacionais, de que se destacam o FMI e a OCDE, sobre o futuro da economia do país. O ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, afirmou no passado dia 20 de junho no Parlamento que “as reformas vão libertar o crescimento económico”, ou seja, por outras palavras, o milagre da multiplicação dos peixes já está em

curso, pena é que ninguém o tenha visto ainda, ao contrário do que acontece com a generalidade dos milagres revelados. O FMI no seu relatório de 5 de abril de 2004, apesar de referir que “mais austeridade não trará grandes benefícios”, acaba por sufragar e recomendar as receitas que têm contribuído para reduzir a procura interna e, por conseguinte, para agravar o emprego precário e o desemprego: congelamento do salário mínimo, redução dos custos e facilitação dos despedimentos individuais por inadaptação como forma de aumentar a produtividade e redução dos subsídios de desemprego. Relativamente à OCDE, o principal ‘incentivo’ ao trabalho é a “reforma da contratação coletiva”. Esta organização considera que Portugal necessita de reduzir significativamente o “excesso de cobertura” desta forma de contratação, recomendando que as convenções coletivas não devem ser extensíveis aos setores em que os

sindicatos têm pouca representatividade. No entanto, mais uma vez, um ‘véu de ignorância’ orienta estas recomendações: apenas 45% dos trabalhadores portugueses são cobertos pelos contratos coletivos de trabalho, enquanto a média europeia se fixa em 65% e a dos países da OCDE em 53,3% (DN, 21.03, 2012).

Grécia e Espanha

O ‘véu de ignorância’ não envolve apenas Portugal, mas torna-se ainda mais denso à medida que nos movemos em direção à Grécia e à Espanha. No caso do país berço da civilização europeia, a vitória da Nova Democracia nas eleições legislativas com 30,1% dos votos e a derrota do Syriza, que conseguiu, apesar de tudo, 26,5%, foi considerada pela generalidade da imprensa de referência europeia como ‘um respiro de alívio’ quando, na realidade, a formação de um ‘governo de salvação nacional’ não vai resolver nenhum problema, pois tanto a Alemanha como a própria Comissão Europeia recusam-se a aceitar uma renegociação do acordo que conduziu a pátria helénica a uma situação económica e social insustentável: apesar de uma quebra de um terço nos salários, a taxa desemprego oficial atinge 22% e o desemprego dos jovens menores de 30 anos atinge 50%; a delinquência e a xenofobia aumentam, a direita neonazi alcança 7% dos sufrágios, a Segurança Social e os serviços públicos de saúde gregos afundam-se e o turismo, uma das principais fontes de crescimento da economia helénica, ‘migra’ para outras paragens.

O ‘respiro de alívio’ após a derrota do Syriza nem sequer atingiu a dimensão de um sopro. De facto, apesar da vitória do partido apoiado pela senhora Merkel e pela imprensa financeira, de que se destacou o *Financial Times* com um autêntico apelo ao voto nos “partidos que aceitam as condições dos credores”, as taxas de juro a 10 anos das obrigações espanholas atingiram, no dia seguinte, 7,8% e o prémio de risco – diferença entre os juros das obrigações espanholas e alemãs – 5,89%. O resgate de 100 mil milhões de euros para financiar um setor bancário espanhol inundado de ativos hipotecários sem valor, frutos da especulação imobiliária da década que precedeu a crise – entre 1997 e 2007 a revalorização do preço das

casas foi de 191% –, ameaça, mais cedo ou mais tarde, converter-se num resgate do país capitaneado, como na Grécia, Portugal e Irlanda, pela troika. O FMI já exige, como contrapartidas do empréstimo aos bancos espanhóis, um aumento do IVA e uma nova redução dos salários dos funcionários públicos, prova de que o ‘véu de ignorância’ parece não ter limites. O Governo conservador espanhol, apesar de rejeitar, por enquanto, as medidas do FMI, já começou a fazer o ‘trabalho de casa’: num país em que a taxa oficial de desemprego atinge mais de 20% da população ativa, a ‘reforma’ laboral do Partido Popular espanhol estabelece que todos os trabalhadores que auferam salários acima dos mínimos fixados pela contratação coletiva poderão vê-los baixar se a empresa alegar um défice de competitividade, e que nos casos de redução dos ganhos salariais em três trimestres consecutivos poderá abrir-se a porta a despedimentos coletivos com apenas 20 dias de indemnização.

O futuro da Europa

Em França, a vitória do Partido Socialista nas eleições presidenciais e nas eleições legislativas poderá, no entanto, ter aberto um horizonte de esperança nesta Europa desencantada governada maioritariamente pelos mercados financeiros e pelos partidos conservadores e neoliberais. François Hollande propõe que a Europa invista imediatamente 120 mil milhões de euros para relançar o crescimento económico e o emprego. Para a realização deste objetivo, o Presidente da República francês defende a adoção de uma taxa sobre as transações financeiras, o desbloqueamento de 55 mil milhões de fundos estruturais que permanecem em letargo para as regiões mais desfavorecidas e a captação de 60 mil milhões de euros pelo Banco Europeu de Investimentos para financiar empréstimos a empresas em novas infraestruturas. No entanto, estas medidas ‘clássicas’ de relançamento da atividade económica e do emprego já suscitaram a oposição da Alemanha da senhora Merkel que, a coberto do véu de ignorância, também extensível em versão ‘soft’ à Comissão Europeia, defendeu, na cimeira do G-20, que “não se pode aceitar nenhum relaxamento das reformas acordadas no programa de resgate”, ou seja,

por outras palavras, que as políticas de austeridade recessiva devem sobrepor-se às do emprego e desenvolvimento económico. O projeto de Hollande foi, porém aprovado na cimeira de Bruxelas, sendo a senhora Merkel obrigada a recuar. O futuro da Europa depende da rutura com o véu de ignorância predominante. Para isso, é necessário uma alteração das relações de força no seio da União Europeia, o que passa, antes de tudo, pelo fim do reinado da senhora Merkel e do seu partido coligado com os liberais que, no entanto, não se advinha a curto prazo, se tivermos em conta o apoio de uma parte significativa da população alemã às medidas preconizadas pela sua chanceler. Neste contexto, a criação de condições para uma reestruturação e renegociação da dívida dos países periféricos dependerá, paradoxalmente, do alastramento da crise a países de dimensão relevante – Espanha, Itália e também França –, já que uma posição de rutura do memorando da troika proveniente de partidos de um pequeno país será politicamente suicidária. De facto, perante a proposta do Syriza que considerava que este tinha perdido a sua legitimidade política, o presidente do Bundesbank, Jens Weidemann, limitou-se a dizer que “a saída da Grécia [do euro] debilitaria ainda mais a união monetária, mas eles [os gregos] ficariam ainda pior” (*El País*, 17.06.2012). Estas considerações ignoram, no entanto, que a expulsão da Grécia seria provavelmente o rastilho para a implosão do euro e da União Europeia. Para evitá-la e romper com o véu de ignorância, urge a construção de uma verdadeira união política e económica democrática, de um orçamento europeu que permita a mutualização da dívida e a repartição equitativa dos riscos e acabe com o domínio dos mercados financeiros e da especulação sobre os títulos dos países mais endividados, alimentados pelos prémios cada vez maiores dos seguros que cobrem os riscos de não pagamento das obrigações gregas, portuguesas e irlandesas. O retorno da política do exílio a que foi condenada nos últimos anos é o ponto de partida para o triunfo de uma Europa mais igualitária e solidária, libertada da tirania dos especuladores financeiros. ■



Género e sexualidade

Um projeto para desconstruir estereótipos

Promover a cidadania e a participação cívica, implementar a educação para a igualdade de género, desenvolver a ligação à comunidade, articular os diferentes níveis de ensino e escolas do agrupamento – são os objetivos gerais de um projeto – *Género e sexualidade* – que está a ser implementado pelo Agrupamento de escolas Romeu Correia, no Feijó. Desde já com uma avaliação muito positiva.

Para saber um pouco mais dos meandros deste projeto, de como se desenvolve e é sentido pelos seus diferentes intervenientes, tivemos uma breve conversa com professores e alunos envolvidos. Os professores Brígida Batista, Francisco Gonçalves e Vítor Vasconcelos (Grupo de Filosofia) e Elizabete Silva (Coordenadora do 1º Ciclo do Ensino Básico). Os alunos do 12º ano Filipe Nunes e Gonçalo Feliz. Elizabete Brasil, da UMAR.

Ligia Calapez
Jornalista



“No princípio deste ano pensámos em promover alguma coisa de inovador em torno da questão de género e sexualidade”, diz Francisco Gonçalves. Foi este o ponto de partida. Para a sua concretização, estabeleceu-se um protocolo com a UMAR. A partir daí iniciou-se o trabalho com as turmas do 12º ano da Romeu Correia e as turmas do 1º ano da Escola Básica nº 1 do Feijó. Um traço particularmente interessante

do projeto é que são os alunos do 12º, de Psicologia, que trabalham diretamente com os do 1º ano, num processo de acompanhamento que se prevê seja de 3-4 anos. Assim, em cada ano, novas turmas de Psicologia darão continuidade ao projeto em curso.

Neste sentido – e com base no protocolo com a UMAR – foram trabalhados os estereótipos de género com os alunos do 12º ano. Houve assim uma preparação teórica para que pudessem intervir junto dos mais pequenos. Em

consonância com essa preparação, os alunos do 12º produziram os materiais para trabalhar com os do 1º ano. O único material produzido pelos professores, como salientou Brígida Batista, foi o teste-diagnóstico.

Muito trabalho e obstáculos acrescidos

Género e sexualidade é um projeto de intervenção e, simultaneamente, de investigação. “Com a aplicação dos



Articulação, integração

Articulação, integração – são alguns dos ingredientes e resultantes deste processo.

Articulação, a vários níveis. “Estamos a trabalhar com escolas do nosso agrupamento e foi possível fazer essa articulação. De alguma forma aproveitar aquilo que é aproveitável”, como diz Francisco Gonçalves.

Articulação entre escolas diferentes, mas também entre ciclos diferentes.

Partindo da mesma ideia: aproveitar o que é aproveitável da realidade dos agrupamentos. “Tentámos aproveitar o que de melhor se poderia retirar disso – que, no fundo, são as pessoas. E criar uma ponte entre os diversos níveis de ensino”, diz Brígida Batista.

Articulação, troca, entre alunos. Nas palavras de Elisabete Silva, o projeto “para o 1º ciclo, foi extremamente enriquecedor. Antes do mais pela troca entre alunos mais pequenos e alunos mais velhos. O que cria logo uma magia muito grande”.

Articulação/integração em termos curriculares. Ao nível do 12º ano, a disci-

testes-diagnóstico, o que nós queremos aferir é se os estereótipos de género foram ou não desconstruídos ao longo dos quatro anos do ensino básico (não apenas deste ano)”, refere Brígida Batista. Para tal, estes mesmos testes são aplicados a um grupo de alunos do 1º ano da Escola Básica de Vale Flores (em que não houve qualquer intervenção). Para comparar resultados.

“Mas não se trata só de aferir resultados. No fundo, o que nós queremos é alterar mentalidades. E, para isso, nada melhor que os meninos do 1º ciclo. Quanto mais cedo melhor”.

Tudo isto “implica muitas horas de trabalho extra. Não só dos professores. Implicou muitas vindas da UMAR aqui à escola. E também muito investimento da parte dos alunos, extra-aula. Porque não é um trabalho que só com as aulas se consiga fazer”.

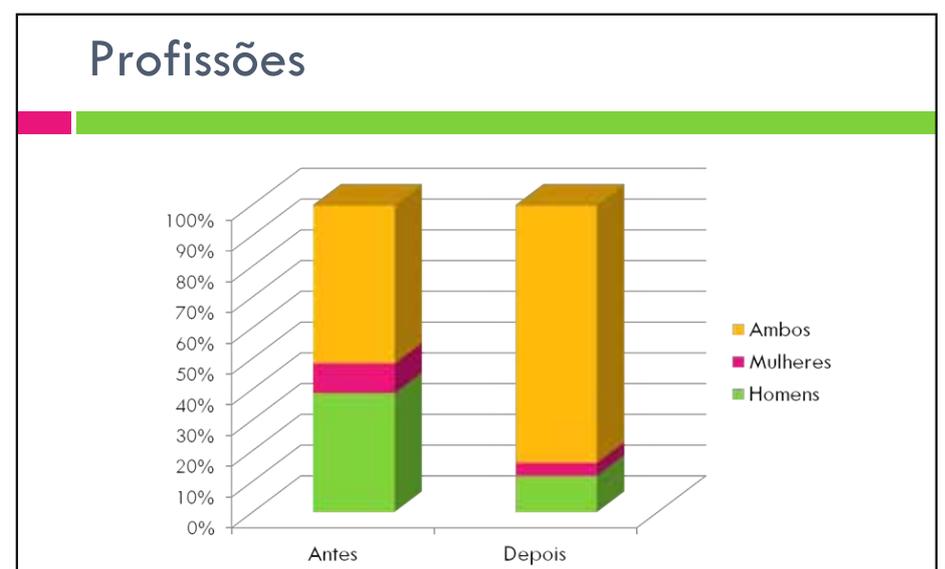
“Eu gosto de salientar estes aspetos – salienta Brígida Batista - até porque por vezes se tem a ideia de que os professores se limitam a dar aulas. E os professores fazem muito mais do que dar aulas. E os alunos também não estão só nas aulas. Depende da forma como são envolvidos nas coisas”.

Um obstáculo que neste momento se levanta ao prosseguimento do projeto é a reorganização curricular do MEC.

“A nossa ideia seria manter o projeto ao longo dos quatro anos. Mas neste momento estamos com algumas dúvi-

das em relação a isso. Porquê? Porque a Psicologia tinha 6 tempos letivos para lecionarmos o programa e, com a revisão curricular, passamos a ter 4 tempos.

“Para além da dificuldade que vai ser cumprir o programa nesse tempo, provavelmente não serão mesmo possíveis quaisquer projetos na disciplina de Psi-



cológia.

“Ou seja, a reorganização curricular do MEC põe em causa todo este trabalho. E, se calhar, nas aulas de Psicologia, o professor terá que ser simplesmente um transmissor de conhecimentos e não haverá azo para um tipo de trabalho mais criativo”.

plina de Psicologia abarca, à partida, as questões de estereótipos, de discriminação, preconceitos, padrões culturais, socialização, histórias pessoais. Ao nível do 1º ciclo, o projeto integra-se na área do Estudo do Meio, de Educação para a Saúde e de formação cívica e cidadania. Mas aqui as aprendizagens fa-

zem-se de um outro modo. E com bons resultados: “Os professores dos miúdos acabam por ser os jovens do 12º ano (...) Tem sido muito interessante. Eles vão muito recetivos e nunca mais deixam de falar sobre o que aprenderam, e estão assim a fazer muitas aprendizagens”, diz Elisabete Silva.

Integração ainda entre ensino profissional e ensino regular, como sublinha Vítor Vasconcelos, professor do curso técnico de apoio psicossocial. “Por vezes afasta-se muito o ensino profissional do regular. Esta integração das turmas é um dos aspetos a valorizar no projeto. É preciso continuar a trabalhar nesse sentido”. “É a igualdade de oportunidades”, conclui.

Dimensão humana numa “experiência indizível”

A dimensão humana foi valorizada por todos os intervenientes.

“A nível dos alunos do 12º ano, foi um deslumbramento como muitos deles receberam os mais novos” – refere Francisco Gonçalves. “Por vezes, trabalhar estas questões na aula, pode parecer um bocadinho distante. Mas depois, quando se viram confrontados de facto com os miúdos e a trabalhar realmente com eles, creio que aquilo despertou alguma coisa.

“Ao nível da minha turma, eu senti isso. Quando entraram os meninos, houve ali uma relação emocional. Que é importante. Muitas vezes, o interesse pela disciplina da Psicologia é pensar trabalhar nestas áreas, com crianças. E eu creio que isto foi uma força.

“Há a parte de trabalho de investigação, há tudo isso. Mas também a parte humana do relacionamento foi de facto importante. Estar com os miúdos foi significativo para os alunos do 12º ano”.

Para Brígida Batista, “a experiência teve vários aspetos positivos. Até em termos da proximidade que se cria entre os professores e os alunos. É completamente diferente daquele trabalho que acontece normalmente em sala de aulas. É um trabalho que envolve mais a participação dos nossos alunos – em que eles dão as sugestões, dão

as ideias. Foram eles que pensaram os materiais, como é que deviam ser feitos. No fundo eu tinha ali um papel de acompanhamento. Mas pouco mais do que isso – de resto, foi tudo criado por eles. E eu penso que se cria, até a nível afetivo, uma maior proximidade. (...) Criou-se aqui elo com várias

coisas diferentes. E os jovens tiveram experiências que nunca tinham tido na vida, a nível do 12º ano”.

“Foi uma experiência indizível” – palavras de Brígida Batista que expressam um sentimento que ressalta do testemunho de todos os intervenientes. ■

Esta é uma experiência que deixa raízes

■ Elisabete Brasil, UMAR



É sempre um privilégio trabalhar nas escolas. Porque é a possibilidade de passar da teorização, daquilo que é a nossa visão, a nossa leitura sobre a sociedade e a posição de homens e mulheres nessa sociedade, para o trabalho no terreno.

Temos regularmente vários projetos nesta matéria.

Aqui não foi apenas uma ação de sensibilização. Foi algo mais. Não podemos também dizer que foi uma ação de prevenção, porque não tivemos tempo para isso.

Antes do mais há que agradecer à escola, a estes professores e professoras que foram sempre muito recetivos às ideias apresentadas. E também já com muitas ideias. E aos alunos e alunas, pelo interesse demonstrado, do riso das primeiras conversas até à maior seriedade. Uma situação que

depois se repetiu, quando eles e elas eram os professores e professoras dos alunos e alunas do 1º ciclo. E foi muito interessante eles colocarem-se, simultaneamente, como alunos e alunas, e como professores e professoras. Penso que esta é uma experiência que deixa raízes. E que permitiu uma reflexão. Há realmente aqui conhecimentos, reflexões, que ficam para futuro.

Na primeira sessão, houve quem dissesse: “nós não vamos esquecer”. Penso que os miúdos e miúdas do 1º ciclo não vão esquecer e os mais velhos também não. E interiorizaram desde logo estas questões da igualdade de género. O que é a igualdade de género. E no futuro já sabem o que é. Não é uma novidade. É algo que faz parte também da sua linguagem. Já pensaram sobre isso, já ouviram falar, já refletiram. O projeto veio potenciar que eles também desenvolvessem a sua própria linguagem sobre o que era a igualdade de género, para que fossem portadores desse conhecimento aos mais pequenos.

Foi muito interessante ver este trabalho todo correr. E a abertura da escola e do agrupamento, ao longo de todo este processo. ■

Quando os alunos são professores

Filipe Nunes e Gonçalo Félix, alunos do 12º ano, foram intervenientes ativos e *professores* neste projeto. Como sentiram esta participação? Que aprendizagens fizeram? São questões a que aqui dão resposta. De forma dialogante e emotiva.



Como foi o vosso contato com os miúdos do 1º ciclo?

Filipe Nunes – Gostei mesmo muito de trabalhar com os alunos do 1º ano. Porque senti que o que aprendemos – por exemplo, o que a UMAR nos transmitiu durante as aulas – foi útil, também porque pudemos transmitir esses conhecimentos aos alunos mais pequeninos, que estão a começar agora a escola e vão enfrentar problemas futuros. No meu caso eu gostaria de voltar a experimentar mais tarde.

E os miúdos tiveram um grande à vontade, participaram, estiveram muito ligados a nós. Sentiam-se bem. Foram interativos. Foi muito agradável.

Gonçalo Félix - Esta experiência é bastante importante. Não só por aquilo que a UMAR nos transmitiu. Penso que o mais importante é estes conhecimentos serem transmitidos a miúdos pequenos, que estão a começar agora a escola, a começar a ter uma noção do que é a vida. Porque começa por eles mudar de algum modo as mentalidades da sociedade. E tornar a sociedade mais justa entre homens e mulheres. A ideia é mesmo essa – mudar mentalidades e ajudar os mais pequenos a terem uma visão mais correta do que seria uma sociedade igual.

E eles conseguiram perceber. No início do trabalho, notava-se as ideias pré-definidas que tinham. Que há certas tarefas que são só para homens, certas

coisas que são só para mulheres. Mas depois da sessão já era diferente. Começavam a dar respostas em que conseguíamos ver que já estavam a aceitar outras ideias, aquilo que nós lhes tentamos transmitir.

Como foi a construção dos materiais pedagógicos?

Gonçalo Félix e Filipe Nunes – Basicamente, as ideias foram discutidas em turma. E – com o apoio da UMAR – começámos a trabalhar com a professora, na aula, aquilo que havíamos de fazer. O que seria interessante para os miúdos. E assim começámos a trabalhar as ideias e o projeto em si. A modelar as coisas, como é que havíamos de fazer a abordagem. Da forma de dar resposta se certas reações ocorressem da parte deles.

Preparámos um vídeo em que os rapazes faziam o que geralmente as mulheres fazem na sociedade. E vice-versa. O objetivo dessa pequena película era mudar as mentalidades e transmitir a ideia de que os papéis não devem estar pré-definidos. Ou seja: o que as mulheres fazem ou o que os homens fazem, também pode ser feito ou por um ou por outro. E que esses papéis não estão estipulados.

Para vocês, o que foi mais importante?

Filipe Nunes – A coisa mais importante que eu retirei desta experiência foi a

troca de conhecimentos da nossa parte, os mais crescidos, com os mais pequenos.

Ou seja, eles estão a começar a ver o mundo como ele é. E penso que as duas sessões que tivemos com os alunos do 1º ano foi uma forma de os preparar e de lhes dizer que nem tudo é como o pintam. E acho que foi muito, muito positivo. Para eles e para nós até, porque foi um trabalho que fizemos com muita dedicação, muito esforço, algumas horas gastas – foram bem gastas. A satisfação de os ver a entrarem, contentes, a rirem-se, a interagir connosco, e eles terem-se divertido, foi o mais importante. E pensarem. De alguma forma, mudámos as ideias que eles tinham.

Gonçalo Félix – Foi uma experiência muito marcante. Não foram horas perdidas. Até porque nos divertimos bastante a fazer aquilo. Primeiro que acertássemos com as coisas... foi uma tarde inteira nisso. Mas foi uma tarde bem passada. Estávamos a gostar daquilo que fazíamos e o projeto foi uma coisa que nos interessou bastante desde o primeiro momento. E penso que o projeto é bastante importante. Porque os miúdos estão a tomar conhecimento de como é que as coisas são. E se nós conseguirmos contribuir um bocadinho para que a visão deles seja mais humana e mais equitativa, tanto melhor. ■

Recriação histórica em S. João da Talha

Aprendizagens vividas com paixão

A breve conversa, de que aqui damos nota, em torno de um projeto nascido há já cinco anos no atual agrupamento de S. João da Talha, foi desencadeada por uma breve visita à iniciativa de recriação histórica do século XII que teve lugar no Ecoparque de S. João da Talha, nos primeiros dias de junho. Aí, entre bancas com doces, legumes (produção da horta da escola), divulgação de iniciativas e muitas outras coisas, e no intervalo entre desfiles e representações, pudemos alinhar um encontro com atarefadas obreiras deste evento. Professoras completamente mergulhadas neste trabalho de *formiguinhas* e que se dispuseram a contar-nos um pouco de como se foi construindo, ano após ano, o projeto de que vimos uma amostra.

Fabiola Maximino, coordenadora do projeto, Maria da Luz Fragoso, coordenadora do projeto na EB nº4, e Lurdes Raposo Almeida, professora de Geografia – foram as nossas guias neste percurso.

Ligia Calapez
Jornalista



O projeto nasceu, há cinco anos, de uma troca de ideias entre Fabiola Maximino e uma professora de Economia. O ponto de partida seria fazer uma feira medieval, “que tivesse ao mesmo tempo um carácter pedagógico e lúdico”. (Um exemplo concreto: em torno dos descobrimentos portugueses foi possí-

vel trabalhar as áreas da matemática e da economia, através dos instrumentos de navegação e da moeda).

Do germinar desta ideia nasceu entretanto um projeto que – não contando embora com apoios – afirma-se, em cada ano, com uma nova iniciativa, uma recriação histórica. Que, este ano, foi sobre o tempo de D. Afonso Henriques.

De um sonho de duas pessoas ao envolvimento da comunidade

“O sonho partiu de duas pessoas e está com esta dimensão”, sublinha Fabiola Maximino. “Inicialmente era para ser apenas na escola. E já passou a extraescolar, já mobiliza a comunidade”.

Neste momento, o projeto envolve todas as escolas básicas e a secundária (não o

agrupamento como um todo). E mobiliza alunos, pais (nomeadamente fazendo os fatos para o evento) e auxiliares de educação num trabalho que “não tem horas”. Mas já extravasou a comunidade escolar e conta, ano a ano, com outros apoios. Da Junta de Freguesia de S. João da Talha. Do Teatro Agita. Da Academia Sénior. E mesmo de embaixadas. “Porque o Centro de Refugiados de Bobadela participa e, quando o tema foi os descobrimentos portugueses, envolveram-se de forma mais direta”.

As duas professoras que tiveram a ideia foram-se juntando outras. Atualmente há um núcleo de 10-15 pessoas, que vai alargando. No início de setembro de cada ano elabora-se o projeto. “Cada professor propõe uma atividade e escolhe-se o tema. Também de acordo com o currículo

lo”, diz Fabíola. Propõem-se atividades, fazem-se reuniões periódicas, cada um envolve os seus alunos. E “as ideias vão surgindo quando estamos em conjunto”. É tudo trabalho extra. Muitas horas. É difícil. “Mas no final é sempre muito bom!”.

E alunos e pais, “ainda estamos a acabar uma atividade, já nos perguntam qual é a próxima”.

Paixão e responsabilidade

“As aprendizagens informais revertem depois para a aprendizagem formal”, afirma Maria da Luz Fragoso. “Tanto a nível da aprendizagem da leitura, da escrita, como da história. Quem participa no teatro, na dança, neste género de atividades, domina melhor a língua. São aprendizagens que não são memorizadas mecanicamente, são vividas com paixão – o que, a longo prazo, vai trazer benefícios. Portanto, os meninos passam a gostar da escola e passam a querer aprender mais. É a escola numa dimensão total – e não só memorizar e repetir. Muito trabalho, muitas horas. Mas sobretudo paixão. Que é a nossa medalha maior. Não tem preço. Não se vê. Mas que nos põe felizes”.

“É um crescimento, quer para as crianças quer para os professores”, comenta Fabíola. Uma perspetiva partilhada pelas três professoras, que consideram que o projeto “muda a escola, dá vida à escola”.

Tanto mais que se estabelecem relações diferentes entre alunos e professores e pais. E “a parte mais bonita”, nas palavras de Lurdes Almeida, “é esta cooperação entre colegas. O trabalho de equipa, que depois também reverte para o trabalho do dia a dia. E reforça a amizade”.

Toda esta dinâmica, sublinha Maria da Luz, “Também é uma maneira de responsabilizarmos os alunos. Eles estão ali – cada um a tomar conta da sua atividade, do seu projetozinho”.

“Até os meus pequenitos, quando estamos a trabalhar, a ensaiar, as regras de disciplina são cumpridas. O saber escutar, o saber ouvir, o saber estar com o outro”. “Está tudo interligado”, conclui. No fim da conversa fica um voto: “se fosse possível transpor este trabalho de cooperação para outras situações, talvez as escolas não fossem tão cinzentas. Talvez as escolas não tivessem tanta indisciplina. Talvez as escolas fossem outras escolas”. ■

EB1 da Madalena em festa

“Quem faz os sítios são as pessoas”



“**C**onstruímos coisas que não podíamos fazer sozinhos. Valeu a pena a confiança entre todos. (...) Vamos aproveitar este momento mágico”. Palavras que marcam a “abertura oficial” do arraial da EB1 da Madalena.

Frente à *casa dos bicos*, é dia de festa. Com cor, música, barraquinhas de comes e bebes, exposições de atividades. Professores, mães, avós, pais, crianças, corridas, gritos, canções. E muita, muita alegria.

Professores, alunos, toda a comunidade escolar ligada à EB1 da Madalena, celebram assim o fim do ano letivo, com um arraial intercultural. Que é simultaneamente o momento de homenagear as crianças que terminam o primeiro ciclo e de angariar fundos para um passeio de todos ao Jardim Zoológico (onde muitas das crianças da escola nunca tinham ido).

Para que a festa fosse possível, foram muitas as colaborações.

“Estas coisas só se conseguem fazer se houver cooperação e uma política de proximidade”, sublinha Carla Carvalho, da EB1 da Madalena, que destaca o empenho de todos. Das várias entidades envolvidas – da JF da Madalena aos

bombeiros e polícia. E ainda das professoras e auxiliares de educação aos familiares das crianças, que fizeram doces para vender no arraial ou improvisaram roupas para o momento festivo.

O arraial intercultural – “porque pensamos que a integração é feita realmente quando há aceitação e participação de dentro para fora e se integram e respeitam as diferenças” – culmina o trabalho e os projetos que a escola desenvolveu ao longo do ano.

Sobre o próximo ano letivo impendem entretanto dúvidas que podem pôr em causa a continuidade deste trabalho.

“Não sabemos ao certo qual será o futuro no próximo ano, em virtude de a maioria dos professores serem contratados”, diz Carla Carvalho. “Contudo, seria muito importante que esta equipa de docentes se mantivesse. Porque o trabalho em equipa e cooperação, como o que conseguimos com este corpo docente, levam tempo e as coisas não florescem de um dia para o outro. E quando o trabalho de cooperação e de coordenação corre tão bem, é difícil arranjar outra equipa como esta, a fazer este mesmo trabalho. É impossível. Quem faz os sítios são as pessoas. E é de pessoas que falamos”. ■

L.C.



Encontro de Educação Especial

Nenhuma criança deve ser deixada para trás

“A questão que vale a pena propor é esta: quais são as estruturas, quais são os recursos, quais são as estratégias, quais são os meios de que precisamos para conseguir ter uma educação equitativa nas escolas?” Uma questão que de algum modo poderíamos considerar como a síntese da intervenção do professor David Rodrigues no Encontro de Educação Especial promovido pelo SPGL em 21 de abril.

Num misto de conversa e intervenção de fundo, com as dezenas de professores presentes, David Rodrigues desdobrou a sua palestra – de que aqui reproduzimos largos extratos – em três pontos: o contexto, a realidade atual e algumas propostas



Como é que apareceu o decreto-lei nº 3/2008

Este decreto-lei apareceu num momento negro do nosso diálogo democrático. Nós não sabíamos que ia sair, apareceu-nos pronto. Estava feito. As tentativas que existiram para fazer algumas alterações foram baldadas.

Foi também uma altura em que passámos por uma grande dieta de dados. Durante muito tempo não conseguíamos saber como é que estavam a evoluir os indicadores da educação especial.

Obviamente que nós sabíamos que não havia dados porque não podia haver dados. O decreto nº 3/2008, entre outras coisas, destinou-se a diminuir o nº de alunos que estavam na educação especial. E portanto é natural que, para que isto não fosse demasiado óbvio, tenha havido esta dieta.

Passados 5 anos, o que podemos dizer em relação ao 3/2008, quais os aspetos que mais ressaltam?

Em primeiro lugar – e essa é, para mim, a questão fundamental – o apoio que temos, nas nossas escolas, para os alunos com dificuldades, é deficiente. Nós não estamos a dar às crianças que precisam de apoio, o apoio de que elas necessitam, que elas merecem, a que elas têm direito.

Nós não estamos a atuar bem sob esse ponto de vista. E não estamos a atuar bem, porquê?

Em primeiro lugar porque estamos com **falta de recursos** nas escolas. Há muitas escolas em que a existência das unidades absorve e esgota os recursos da educação especial. Podemos estar com 12 alunos com apoio e mais de 900 sem apoio... Assim, uma grande parte de alunos, que só precisaria de

um empurrãozinho, sobretudo em idades precoces, não tem esse apoio.

Um problema também transversal a todo o sistema é o facto de não termos uma **avaliação** sobre este sistema. A avaliação do MEC fica encadeada pela CIF. E o que nós precisávamos era de uma avaliação que nos falasse do que são as escolas de referência, quais são os recursos, quais são as opiniões dos pais, quais são os resultados da transição para a vida ativa, onde é que está a intervenção precoce. O relatório do MEC é pura e simplesmente omissivo em relação a tudo isso.

A questão da equidade

Basicamente, a questão da equidade educativa resume-se a – **como é que podemos proporcionar percursos diferentes sem segregação**. Ou seja: como é que – evitando a segregação,

evitando a marginalização, o insucesso – podemos proporcionar aos alunos percursos diferentes?

No século XIX pensávamos que a igualdade de oportunidades era dar o mesmo a toda a gente. E esta ideia passou para o século XX. E até no século XXI há quem pense assim.

Mas a equidade não é feita assim. A equidade é feita na diferenciação de percursos. Se não proporcionarmos a cada um uma diferença de percursos, uma diferença de estratégia de aprendizagem, de objetivos de aprendizagem, de processos de avaliação, não estamos a proporcionar equidade.

Portanto, a questão fundamental, o nosso objetivo, é: como criar maior equidade nas nossas escolas. Ou seja: como é que conseguimos criar estruturas que permitam diferenciação de percursos, que permitam diferenciação de estratégias. Como é que podemos criar toda esta diferenciação de percursos de maneira a que, não só os meninos com condições de deficiência, mas também todos os outros, possam ter, quando precisam, um apoio. Para dar resposta à questão do insucesso, do abandono, da marginalização, da exclusão.

Só mais uma coisa: de acordo com as classificações dos países ou a análise fatorial que o PISA faz dos resultados dos diferentes países, constata-se que **são os países que têm maior excelência que têm também os rankings mais altos na equidade.**

Ou seja: só os grandes sistemas educativos conseguem criar equidade. Porque conseguem ter sistemas de apoio que permitem que nenhuma criança se perca. Nenhuma criança deve ser deixada para trás.

Algumas questões concretas

Falar-vos-ia agora sobre alguns aspetos concretos em que pensamos que vale a pena insistir.

Em primeiro lugar é importante **aprofundar o conceito de educação inclusiva**. Com esta ideia: um apoio generalizado da escola a todas as crianças que tenham dificuldades.

Neste sentido, penso que teríamos vantagem em criar nas escolas estruturas de apoio, que não fossem só para a educação especial. Vou-lhes dar um



nome: **departamento de equidade e inclusão**. Um departamento ou serviço – centrado no agrupamento ou na escola – que tivesse como preocupação a promoção do sucesso de todos os alunos. (Isto não é uma ideia original. A UNESCO fala em sucesso para todos os alunos).

Este departamento ou serviço teria a preocupação de trabalhar com os professores, trabalhar com os alunos, trabalhar com as famílias, com os serviços, com a comunidade, de maneira a, tendencialmente, reduzir o insucesso a zero. Criar percursos, rentabilizar serviços, que permitissem isso.

Em segundo lugar, uma questão que considero cada vez mais importante é a melhoria ao nível da **formação dos professores** de educação especial. Penso que o ME – se está efetivamente comprometido com a ideia de inclusão – deveria fazer contratos-programa com instituições do ensino superior, que nos ajudassem a melhorar a formação inicial.

No mesmo sentido, seria de estabelecer também contratos-programa para a formação permanente.

Melhorar a articulação entre as escolas regulares e os **centros de recursos**, é

outra questão central. Temos que tentar ver como é que os centros de recursos para a inclusão – os CRI – se podem integrar melhor numa perspetiva de educação.

Impõe-se igualmente melhorar os **processos de transição para a vida pós-escolar**. Os estudos oficiais são inexistentes. E os estudos parcelares existentes são arrepiantes. Aquele problema, que há muito sentíamos, que no fim da escolaridade não sabíamos que fazer aos meninos – está igual. É essencial melhorar essa situação ao nível das escolas.

Trata-se, por outro lado, de clarificar a **intervenção precoce**. Nós perdemos muita qualidade ao nível da intervenção precoce. Já tivemos serviços de intervenção precoce a funcionar melhor do que funcionam agora.

Em síntese

Penso que a questão de fundo é: como é que podemos criar nas escolas serviços – serviços que tenham recursos, que sejam alimentados, que sejam férteis – de apoio a todas as crianças da escola.

Obviamente a estrutura que temos agora não nos permite isso. Portanto, precisamos também de um maior investimento na educação especial – nesta perspetiva de **criar equidade**.

Vivemos um momento em que se está a hipertrofiar e a valorizar muito a questão da excelência académica – e da matemática, do português e das metas. Mas estamos a esquecer uma questão fundamental: não há bons sistemas educativos sem equidade. E isto não é a minha opinião. É a opinião do *sacrosanto* PISA.

A famosa Finlândia é o país com maior equidade. A taxa de insucesso na Finlândia é 0. E os países mais desenvolvidos têm taxas de insucesso de 2%, 3%, 5%. Quanto a nós, em certas áreas da escolaridade chega aos 20%.

E, portanto, a questão é: pensar como criar – ao nível de uma escola, do sistema educativo – estruturas que promovam a equidade. E que proporcionem aos alunos – mesmo que tenham dificuldades (episódicas ou mais permanentes) – uma igualdade de oportunidades *vide* diferença de tratamento. ■

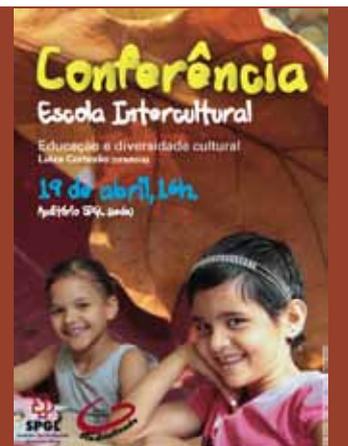
L.C.

Educação e diversidade cultural

No fio da navalha

Trabalhar “no fio da navalha”. Esta a opção que se abre aos professores que apostam numa educação intercultural, não ignorando, simultaneamente, a necessidade de “armar as crianças com instrumentos de sobrevivência (curriculares)”. Uma das – muitas – ideias que foram surgindo ao longo do debate com Luiza Cortesão, promovido pela *Escola Intercultural/SPGL*, dia 19 de Abril, no auditório do SPGL.

Luiza Cortesão, oradora da conferência, foi apresentada a cerca de 50 participantes por António Avelãs, presidente do SPGL.



A profissão de professor é exercida sobre o fio da navalha

Partindo de questões de fundo, como – serão os alunos todos iguais? terão todos as mesmas bases? – a oradora apresentou alguns dados para ajudar à reflexão:

1. Taxas de retenção e desistência no 1º ciclo em várias regiões do país (O Algarve apresenta uma maior incidência e o Norte do país menor taxas);
2. Taxas de retenção e desistência no 1º ciclo segundo a natureza dos estabelecimentos (o ensino público com maior taxa);
3. Taxas de retenção e desistência no 1º ciclo segundo o sexo (os rapazes com maior incidência);
4. Taxas de sucesso segundo o fator económico (as 10 melhores médias são encontradas nos colégios e externatos);
5. Taxa de analfabetos nos jovens entre os 10 e 14 anos no Brasil segundo a cor da pele (menor na população branca);
6. Escolha da profissão, no Brasil, segundo a variante da origem do aluno, salário familiar e grau de escolaridade da mãe (filhos de famílias brancas com desafio financeiro e com mães com graus académicos superiores tendem a escolher profissões como médicos, advogados, etc.);
7. Relação entre proficiência e o nível socioeconómico (a proficiência elevada

corresponde a um nível socioeconómico elevado).

A escola não pode continuar a ser a “caixa negra” que não se analisa”

Foram apresentadas **alguns conceitos** para serem debatidos, como:

- . Existência da diversidade na organização escolar;
- . Cultura e culturas;
- . Saberes escolarmente rentáveis;
- . Violência simbólica;
- . Capital cultural;
- . Violência de recontextualização;

E uma reflexão sobre dois tipos de práticas pedagógicas:

Práticas empoderadoras
Pedagogia da interação recíproca
Avaliação orientada para o apoio
Participação da comunidade
Língua e cultura incorporadas
Práticas domesticadoras
Pedagogia transmissiva
Avaliação orientada para a legitimação do processo
Exclusão da comunidade
Língua e cultura excluídas.

Algumas estratégias para o desenvolvimento de práticas educativas não discriminatórias

Entre as estratégias possíveis para o desenvolvimento de práticas empoderadoras, Luiza Cortesão referiu:

- Ter uma atitude de questionamento sobre o papel do professor;
 - Evitar atividades educativas que resultem em processos de discriminação socioeducativa dos alunos;
 - Estar disposto a alterar, a qualquer momento, as suas práticas;
- Questionar sempre as suas “certezas” e rotinas;
- Ser sensível à diversidade socioeconómica e cultural com quem se trabalha;
 - Procurar conhecer os alunos, as suas raízes culturais, os seus interesses, os seus problemas, o contexto em que vivem;
 - Ser capaz de conceber métodos de trabalho e materiais que tornem o ato de aprender significativo para quem aprende;
 - Transformar os alunos em parceiros da construção do saber.

Para concluir, uma expressão bem elucidativa: “*O professor daltónico cultural não consegue ver o arco-íris cultural na sua sala de aula*”. ■

L. C. e Sílvia Batista

A Escola Intercultural é o tema do 2º nº dos Cadernos do SPGL

“A Escola Intercultural” resulta de um conjunto de iniciativas promovidas durante o ano de 2011 pela Fundação Friedrich Ebert e o Instituto Goethe, em Lisboa, em cooperação com diversos parceiros e com a participação

ativa do SPGL.

Estas iniciativas tiveram lugar no âmbito do projeto “Interação, Diversidade e Tolerância: A Escola como Palco do Diálogo Intercultural”, de que oportunamente demos conta na revista do SPGL “Escola Informação” [EI 243 – 2011].

A publicação consta de uma primeira parte com reflexões e abordagens em torno da interculturalidade na escola, um segundo capítulo reunindo um conjunto de iniciativas

e experiências, nomeadamente em escolas de Portugal e, ainda, uma última parte com materiais do rally intercultural realizado no âmbito do projeto. Os *Cadernos do SPGL* estão disponíveis na sede do sindicato, em Lisboa. ■



EB1 da Madalena

Respeitar as diferenças

O último encontro, este ano letivo, da *Escola Intercultural*, realizado dia 14 de junho na sede do SPGL, foi um significativo momento de divulgação da rica experiência da Escola Básica de 1º Ciclo da Madalena. Um primeiro momento, a que certamente outros se seguirão, de partilha de processos de trabalho entre várias escolas com projetos de interculturalidade.



Neste encontro, a Escola Básica de 1º Ciclo da Madalena apresentou – conjuntamente com os vários parceiros envolvidos – o projeto educativo que tem vindo a desenvolver desde há 3 anos a esta parte. Presentes estiveram, para além da equipa de professoras da escola, elementos do CEM (Centro em Movimento) e Edifício Manifesto – parceiros ativos e empenhados em todo este processo. A apresentação assumiu a forma de um diálogo animado, também entre os próprios intervenientes no projeto, que deram testemunho das várias abordagens e do intenso trabalho realizado com as crianças.

Um mundo espelhado numa pequena escola

A EB1 da Madalena junta alunos de 15

nacionalidades. A mesma diversidade não se aplica no que respeita à pertença social: 80% dos alunos inscrevem-se nos escalões A e B, o que corresponde a famílias muito carenciadas. E muitos meninos chegam de manhã à escola sem terem tomado o pequeno-almoço.

Mas o clima que impera na escola é de entusiasmo. De paixão – que, nas palavras de uma das professoras, é o que marca “a diferença entre ser muito bom e ser extraordinário”.

“Sentimos aquilo como um pedaço de nós” e, a braços com tanto trabalho, a sensação é “de estar cansadas mas muito felizes”. Porque “mudamos a vida daquelas crianças, que cresceram enquanto pessoas” – que é o que verdadeiramente importa.

Como base de toda a filosofia pedagógica e de inter-relacionamento, um ponto de honra: respeitar as diferenças de cada um.

É nesta mesma lógica que se insere o trabalho dos parceiros presentes (*um trabalho que é para continuar*), que têm desenvolvido com estas crianças uma multiplicidade de projetos e experiências. Com a preocupação de “promover experiências diferentes, mesmo com a crise”. Porque, “o que importa são as pessoas que habitam os espaços”. E é sempre possível fazer *magia*, “apesar da uniformidade que o MEC tenta impor”.

Do trabalho desenvolvido por estes parceiros insubstituíveis – o CEM e o Edifício Manifesto – daremos nota alargada no nº de setembro da EI.

Para já, vale a pena consultar os seus sites e blogs:

www.c-e-m.org/;

<http://edificiomanifesto.wordpress.com/>;

www.renovaramouraria.pt/;

www.arteria.pt/;

www.gatoqueladra.com

L.C.

Real Fábrica do Gelo – Serra de Montejunto



No passado dia 24 de junho um grupo de professores, caminhando na serra de Montejunto em busca da passarola de Bartolomeu de Lourenço, encontrou um espaço único que merece ser conhecido:

a Real Fábrica do Gelo. Classificada como Monumento Nacional em 1997, é uma estrutura tecnológica única em Portugal, dedicada ao fabrico do gelo natural durante os séculos XVIII/XIX. As primeiras informações relativas à construção da fábrica do gelo datam de 1741, sendo que em 1782 inaugurava-se uma nova fase, após obras de ampliação realizadas por um dos mais importantes proprietários desta unidade de produção de gelo natural, o neveiro Julião Pereira de Castro. A laboração desta fábrica estendeu-se até 1885. Num tempo em que não existiam arcas frigoríficas, a produção de gelo era uma atividade

extremamente lucrativa que se destinava a abastecer Lisboa, tanto a corte, como alguns cafés, nomeadamente o Martinho da Arcada, também propriedade dos donos desta unidade de produção. O transporte do gelo era feito de burro pela encosta da Serra de Montejunto até ao rio Tejo e daí até Lisboa. Notável o facto de 80% do gelo chegar intacto ao seu destino, depois de uma viagem de 12 horas. A entrada na Real Fábrica do Gelo é gratuita para professores. Fica assim dado o mote para um programa diferente que lhe permitirá explorar a produção do gelo e toda a beleza que caracteriza esta Serra. ■

Departamento de Professores e Educadores aposentados

6º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa

“Contra o empobrecimento lutamos pelo direito a viver com dignidade”



Fotos: SPGL

No dia 21 de junho, a Inter-reformados de Lisboa realizou o seu 6º Encontro nas instalações dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, nas Olaias. O Departamento dos Professores e Educadores Aposentados do SPGL esteve representado nesta organização no último mandato por Margarida Mascarenhas e Joaquim Pagarete, ambos elementos do Departamento. O SPGL participou neste Encontro com 8 delegados.

Para além da eleição da Direção Distrital para o próximo triénio, mantendo o SPGL os mesmos representantes, foram aprovados três documentos importantes, orientadores para a luta que se terá de continuar a fazer:

Plano de Organização Sindical dos Reformados, onde se pode destacar a importância e a necessidade de os reformados, pensionistas e idosos se manterem organizados nos seus sindicatos. Aponta também para o reforço do trabalho sindical, com vista à criação de um maior número de Comissões de Reformados, como forma de dinamizar esta estrutura representativa dos reformados e pensionistas.

Plano de Ação Reivindicativa com reivindicações concretas nas seguintes áreas:

- Defesa da Segurança Social Pública, e Melhoria Real das Pensões e outras Prestações Sociais
- Melhoria dos Cuidados de Saúde
- Estímulo à Mobilidade, e Combate ao Isolamento e Insegurança

Carta reivindicativa contra o Empobrecimento e luta pelo Direito a Viver com Dignidade.

No ano em que se celebra o “Ano Europeu do Envelhecimento Ativo” os Reformados repudiam todas as medidas que visem afastá-los desse objetivo, por isso estão frontalmente contra:

- . O congelamento e desvalorização das Pensões;
- . O congelamento do IAS pelo terceiro ano consecutivo;
- . O roubo nos Subsídios de Férias e Natal para Pensões acima dos 600€;
- . O agravamento da taxa de IRS por aumento do valor da dedução específica e redução das despesas com Saúde em 20%;
- . O aumento das taxas de IVA em bens essenciais como alimentação, eletricidade e gás;
- . O aumento das tarifas dos transportes públicos (entre 5,5% e 21,3%) e supressão de carreiras;
- . O corte de 50% nos passes sociais aos reformados com mais de 65 anos;
- . O aumento para mais do dobro das taxas moderadoras do SNS e encerramento dos serviços de proximidade;
- . O ataque à Segurança Social.

E exigem:

- . O aumento de todos os escalões das Pensões mínimas do Regime Geral, conforme Lei de 2012;
- . Face ao baixo nível das Pensões mínimas, um aumento de 25€□;
- . Manter o poder de compra das restantes Pensões com um aumento mínimo de 5%;
- . A abolição das taxas moderadoras e transporte gratuito para os doentes;
- . Médico e Enfermeiro de família para todos;
- . A alteração das regras da prova de recursos para os apoios e prestações sociais;

. A reposição dos 50% de desconto nos passes sociais.

Os Reformados reunidos no 6º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa estão contra o Empobrecimento e lutam pelo Direito a Viver com Dignidade. ■

O Plano de Ação Reivindicativa, aprovado por unanimidade e aclamação, incluiu a seguinte Adenda apresentada pela Delegação do SPGL ao Encontro:



Foto: SPGL

«Para concretizar este Plano de Ação Reivindicativa, o 6º Encontro da Inter-Reformados da USL,

a médio prazo, organizará iniciativas (nomeadamente debates sobre o conteúdo desta Resolução, em articulação com outras estruturas de idosos e reformados – MURPI e FARPIL) no sentido de promover o esclarecimento e fomentar a participação dos Reformados, Pensionistas e Idosos nas ações de luta para derrotar as medidas do atual Governo.

A resistência contra as medidas que estão a afetar os aposentados – bem como a generalidade dos trabalhadores portugueses – deve ser partilhada e articulada com os demais países atingidos, nomeadamente os da União Europeia. Neste sentido, o 6º Encontro da Inter-Reformados da USL apoia as iniciativas da IR-CGTP na via do reforço dos laços com as organizações congéneres da União Europeia, na procura dos meios comuns para o combate às políticas de afundamento dos sistemas de Segurança Social que está a ser desenvolvida a nível internacional.»

Tribuna Pública “Apostar no Ensino Superior e na Ciência; Defender a dignidade das Carreiras”

A FENPROF realizou, no passado dia 23 de maio, junto às instalações do Ministério da Educação e Ciência do Palácio das Laranjeiras, uma Tribuna Pública, sob o lema: “Apostar no Ensino Superior e na Ciência; Defender a dignidade das Carreiras”,



Fotos: Jorge Caria

Intervieram dirigentes da FENPROF, incluindo o Secretário Geral Mário Nogueira, e representantes da Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), da Federação dos Sindicatos da Administração Pública e das Associações de Estudantes, tendo-se constituído num espaço aberto para a apresentação de problemas, manifestação de indignações e proposta de soluções para o Ensino Superior e a Investigação. Todos os Partidos com assento parlamentar foram convidados a intervir, mas apenas o PCP correspondeu ao convite, através do deputado Miguel Tiago.

Com a presença de cerca de uma centena de docentes e investigadores, esta Tribuna, destinada a reforçar a capacidade de intervenção sindical, neste momento tão difícil, permitiu a denúncia pública das graves medidas restritivas que têm afetado o Ensino Superior e a Ciência, e que são apresentadas como inevitáveis com o objetivo de favorecer a inação.

Esta tribuna realizou-se no quadro de uma vasta atividade do Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF, que pretende explorar todas as vias na procura de soluções para os graves problemas que o setor atravessa e que afetam de modo muito preocupante os docentes e os investigadores.

Nesse âmbito, a FENPROF já reuniu com os Secretários de Estado do Ensino Superior e da Ciência, com o CRUP e o CCISP, com a Provedoria da Justiça e com a Comissão Parlamentar de Educa-

ção, Ciência e Cultura.

Três grupos de questões estiveram em destaque da Tribuna:

1. Necessidade de um financiamento digno e de valorização do Ensino Superior e da Investigação Científica:

- que seja suficiente para estes sistemas cumprirem o seu insubstituível papel na saída da crise e no desenvolvimento do País e das suas regiões
- que permita o cumprimento dos estatutos das carreiras e que garanta condições de trabalho dignas e o efetivo exercício da liberdade académica
- que assegure a real autonomia das instituições do Ensino Superior
- que garanta o cumprimento dos objetivos assumidos pelo Estado português no âmbito da qualificação da população (objetivo 20 – 20)

2. O Combate ao abandono e ao insucesso escolar nos diversos ciclos de estudo do Ensino Superior:

- reforçando a Ação Social Escolar
- diminuindo o valor das propinas

3. A defesa de carreiras docentes e de investigação científica:

- pelo cumprimento das disposições transitórias, nomeadamente, garantindo a contratação dos assistentes, assistentes convidados e equiparados a assistente como professores auxiliares (no Universitário) ou como professores adjuntos (no

Politécnico), com as respetivas remunerações, assim que obtenham as habilitações de referência (doutoramento no Universitário; doutoramento ou título de especialista no Politécnico)

- por condições de formação dos docentes do Ensino Superior Politécnico, nomeadamente a dispensa de serviço docente e a isenção do pagamento de propinas de doutoramento
- pelo reconhecimento dos efeitos salariais da obtenção da agregação
- pela abertura de concursos para as carreiras docentes e de investigação científica, garantindo nomeadamente os rácios de professores previstos nos estatutos das carreiras docentes
- contra a existência de trabalho docente não remunerado ou remunerado de forma não compatível com as funções, violando assim o princípio constitucional de a trabalho igual corresponder salário igual
- pela integração dos investigadores com contratos precários e com bolsas de pós-doutoramento numa carreira científica com perspetivas de evolução
- pela aprovação negociada de um regime do pessoal docente e de investigação das instituições privadas de ensino superior.

No final da Tribuna, a FENPROF, que se fez acompanhar de um representante da ABIC, foi recebida por uma delegação do MEC chefiada pelo Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior, a quem entregou os documentos com as reivindicações apresentadas na Tribuna. ■

FENPROF / AEEP

Negociação do CCT do Ensino Particular e Cooperativo

No passado dia 11 de junho, a AEEP, mais uma vez, enviou à FENPROF propostas de alteração do Contrato Coletivo em vigor e publicado em agosto de 2011, nomeadamente:

- 1 - Revisão do clausulado do CCT, propondo aguardar a publicação das alterações ao Código de Trabalho para então dar continuidade à revisão do CCT;
- 2 - Publicação imediata de medida que impeça a progressão na carreira com efeitos a 1 de setembro de 2012;
- 3 - Horários de trabalho, atendendo às mais recentes alterações das matrizes curriculares e das regras relativamente a organização do tempo letivo, propõe a eliminação dos números 5 a 7, do artigo 14º do CCT em vigor (referência de um tempo letivo ser de 90 minutos ou dois períodos de 45 minutos e a respetiva tabela com a organização dos tempos letivos).

A FENPROF já analisou as propostas da AEEP, tendo enviado a seguinte posição:

- 1 - No que se refere à revisão do clausulado do CCT em vigor, a FENPROF terá, em primeiro lugar, de conhecer as alterações do Código de Trabalho que vierem a ser publicadas, ter um período de tempo para estudar aprofundadamente as repercussões dessas mesmas alterações no clausulado em vigor, pelo que concorda que não se deva, no imediato, dar continuidade à negociação da revisão do CCT;
- 2 - Em relação à proposta de congelamento na progressão na carreira, a FENPROF reafirma que recusa qual-

quer medida que impeça a progressão ou qualquer alteração à estrutura de carreira acordada em abril de 2011;

3 - Por fim, no que concerne à proposta de alteração de organização de tempo letivo, a FENPROF sublinha que o despacho recentemente publicado pelo MEC, sobre esta matéria, se destina ao ensino público, pelo que não é de aplicação obrigatória no Ensino Particular e Cooperativo. Além do mais, entende a FENPROF que a eliminação pura e simples dos números 5 a 7 do artigo 14º do CCT em vigor criará um vazio em termos de organização do trabalho letivo dos docentes, deixando-a ao critério da direção de cada estabelecimento de ensino, situação que será prejudicial para os docentes e que a FENPROF não irá permitir que tal venha a acontecer.

No entanto, a FENPROF reconhece que esta é uma matéria muito importante para os docentes, que carece de discussão e de uma regulamentação efetiva e adequada, estando aberta para a sua negociação.

É do conhecimento do SPGL que alguns estabelecimentos de ensino já estarão a tentar introduzir alterações na organização dos horários dos docentes para o próximo ano letivo. Enquanto a FENPROF não der o seu acordo, qualquer alteração unilateral não terá legalidade, pois o contrato coletivo de trabalho do ensino particular e cooperativo publicado em agosto de 2011 é que está em vigor e faz lei.

Para mais esclarecimentos deverá contactar o departamento do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS do SPGL ■

Ensino Particular e Cooperativo

Contagem de tempo de serviço nas valências Creche e Jardim de Infância

No seguimento de um ofício dirigido ao Secretário de Estado Adjunto da Educação sobre a contagem de tempo de serviço docente, nas valências de Creche e Pré-escolar, em estabelecimentos de ensino Particular e Cooperativo, desde que o mesmo tenha carácter educativo, permanente, sequencial e sistemático, recebemos resposta da DGAE (Direção Geral da Administração Escolar), vindo ao encontro da reivindicação que o SPGL tem defendido sobre esta matéria.

Vem este organismo do MEC reconhecer o trabalho desenvolvido pelo educador de infância que ocorra em estabelecimento com as duas valências – creche e jardim de infância, contando aquele tempo para todos os efeitos legais.

Tal consequência resulta da persistência do SPGL que nunca desistiu de lutar pela resolução desta situação, tendo assim sido reposta a justiça.

Entretanto o SPGL já deu conhecimento ao Diretor Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e à AEEP (Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular), da resposta da DGAE.

Assim, todos os Educadores de Infância que estejam nesta situação deverão pedir aos respetivos estabelecimentos declaração de tempo de serviço nos termos da minuta disponibilizada pela DRELVT a qual se encontra no respetivo site.

Para mais esclarecimentos devem contactar o Departamento de Ensino Particular e Cooperativo e IPSS através do nº 21 381 91 51/2. ■



A CGTP organizou o protesto nos dias 9 (no Porto) e 16 de Junho em Lisboa. Milhares de trabalhadores responderam a mais esta convocatória da CGTP de protesto e exigência de novas políticas que impeçam o descalabro para que este governo está a conduzir o país. Em Lisboa, os professores estiveram presentes em bom número nesta iniciativa assinalando que “A Escola Pública não aguenta mais esta política” e manifestando a sua vontade de dar combate a estas políticas de destruição, empobrecimento e humilhação dos trabalhadores.



Um ano de Passos / Portas

No preciso dia em que se completou um ano de governo Passos / Portas, a 21 de junho, a FENPROF assinalou a marca mais importante desta governação – o aumento do desemprego que, no nosso setor, registou um acréscimo de 60% no ensino básico e de 137% no secundário e superior. A largada de milhares de balões negros no Alto do Parque Eduardo VII, em Lisboa, registou o descontentamento dos professores e educadores com esta situação. Mário Nogueira e Arménio Carlos prometeram luta forte que, no caso dos docentes, se concretizará com uma manifestação no dia 12 de julho, anunciada no final deste evento.



Foto: Felizarda Barradas

Foto: Felizarda Barradas

Foto: Felizarda Barradas

Foto: Felizarda Barradas



Inácia Santana
Professora do 1º Ciclo
(com o contributo de um conjunto
de professores que partilham
as mesmas inquietações)

Interrogações e perplexidades em torno das provas de aferição do 1º Ciclo

Segundo informação divulgada pelo GAVE “As provas nacionais de aferição visam recolher informação relevante sobre os desempenhos dos alunos nas áreas de Língua Portuguesa e de Matemática. Estas provas, pelo carácter universal da sua aplicação e pela natureza da informação que os seus resultados proporcionam, constituem um instrumento de diagnóstico disponibilizado às escolas, aos professores e às famílias, que permite uma reflexão coletiva e individual sobre a adequação das práticas letivas às finalidades e aos objetivos educacionais propostos no currículo.”

Efetivamente, nos últimos anos, as provas de aferição têm constituído um importante instrumento de reflexão, devolvendo aos professores e aos pais a imagem das fragilidades do nosso ensino e reorientando algumas práticas docentes, que gradualmente se deslocaram para uma outra forma de abordar os conteúdos, nomeadamente no que se refere à Matemática. As editoras

não perderam tempo e puseram no mercado, não só as provas que foram saindo, como manuais atualizados com modelos semelhantes, que induziram os professores a treinarem os alunos segundo aqueles figurinos.

Este ano, as provas de aferição foram de uma perplexidade inquietante. Se, por um lado, o formato não era muito diferente, os conteúdos e a forma de colocar as questões primaram pela criação gratuita de obstáculos aos alunos, parecendo confundir-se exigência com provas demasiado longas, no caso da Língua Portuguesa, e com dificuldades provocadas por questões pouco facilitadoras da compreensão, na de Matemática.

Relativamente à prova de Língua Portuguesa, é sabido que muitos alunos (mesmo aqueles que normalmente têm um bom desempenho académico) não tiveram tempo de a terminar, alguns nem de chegar à Gramática. Para além das perguntas cheias de implícitos, o texto B era demasiado longo e com informação excessiva, que obrigava os alunos a estarem permanentemente a con-

sultá-lo. Como se isso não bastasse, os critérios que os alunos tinham de ter em conta para a elaboração do texto eram imensos, perdendo-se facilmente, perdendo de vista as orientações da prova, na sua escrita. Mas, se para alguma coisa servissem as ocorrências que têm de ser registadas pelos professores aplicadores durante a prova, bastaria que o GAVE fizesse a percentagem dos alunos que não tiveram tempo de acabar a prova, o que confirmaria a sua pouca adequação a crianças desta idade.

Quanto à de Matemática, de acordo com a informação do GAVE “a prova tem por referência o Programa de Matemática do Ensino Básico (homologado em dezembro de 2007)”. Não podemos, contudo, esquecer que o novo programa, implementado de forma faseada, só foi generalizado em 2010.

No entanto, esta prova de Matemática parece pretender avaliar tópicos/objetivos que não estão expressos no programa do 1º ciclo (só no 2º ciclo), o que é uma decisão pouco rigorosa e, certamente, com consequên-

cias no próprio processo avaliativo. Exemplo disso, é o *diagrama de caule-e-folhas* (pergunta 8, do Caderno 1), que não faz parte dos **tópicos** nem dos **objetivos específicos** do programa do 1º ciclo, mas é apresentado como um exemplo de tratamento de dados nas notas, cujo papel é “*esclarecer o alcance de cada objetivo, proporcionando opções metodológicas para o professor*” (PMEB, pg.2). Basta consultar o Programa de Matemática, na página 27, no tema “Organização e tratamento de dados” e confrontar o mesmo tema com o do Programa do 2º ciclo, na página 43. Por que razão se escolheu esta forma de organização da informação e não outras que vêm claramente explícitas no Programa do 1º Ciclo (gráficos de barras, gráficos circulares...)?!

O mesmo acontece com as isometrias (pergunta 11 do Caderno 2), em que apenas aparece explícito como objetivo específico o trabalho com as simetrias de reflexão, nomeadamente em frios. Mais uma vez, é nas notas que se apresenta

como sugestão de atividade, de forma a ajudar os alunos a apropriarem-se do conceito, não como um conteúdo, tal como aparece na pergunta da prova. De acordo com Graciosa Veloso, professora de Matemática da ESE de Lisboa, a questão 6 do caderno 1 incide na compreensão de que quando o divisor é um número positivo e menor que 1, o quociente é sempre maior que o dividendo, propriedade muito difícil e cuja aprendizagem necessita de tempo para a desenvolver e ultrapassar mal entendidos e conceções erróneas, por parte das crianças. Também o problema 10 é exageradamente difícil, pois envolve duas incógnitas e, se bem que não esteja a admitir, sequer, a utilização destas, o que é provável é que as crianças se tenham sentido bastante embaraçadas. A questão 17, relativa a um dos diversos significados de número fraccionário, com a figura apresentada, veio agudizar a previsível atrapalhação dos alunos num tópico cuja aprendizagem é fundamental, embora de grande delicadeza.

As questões 6, 15. 2 e 18 admitem uma infinidade de soluções, mas não é esta infinidade que é, só por si, inquietante, pois a segunda questão acima identificada, é aceitável; a minha apreensão é relativa às outras duas tendo em atenção o seu grau de dificuldade.

O que se pretende, então, avaliar? O sistema, nomeadamente o que os alunos devem mesmo saber no final do 4º ano de escolaridade, ou o novo programa de matemática, pondo-o em causa (através de questões já referidas)? Mas o quê desse Programa? Os objetivos (gerais e específicos) ou as notas, que sugerem atividades? O que se quer provar?

Qual é a legitimidade de um instrumento de aferição que tem itens que não são conteúdos nem objetivos específicos do Programa do 1º ciclo? Por outro lado, qual a coerência destas provas com as orientações do Ministério da Educação? De acordo com o Despacho nº 17169/2011 o conceito de competência, desig-

nadamente o “Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais” deixou de “constituir referência para os documentos oficiais do Ministério da Educação e Ciência, nomeadamente para os programas, metas de aprendizagem, provas e exames nacionais”. No entanto, agora aparece-nos uma prova que exige uma complexidade de competências.

Qual é a reflexão que devemos fazer? Trabalhar mais o que é lateral aos Programas? Treinar os conteúdos que exigem mecanização? Ou colocar os alunos perante uma progressiva complexidade de competências? (Mas, já agora, ao nível das suas idades!)

Para completar este quadro, já bastante negro, os critérios de correção das provas foram arrasadores, os quais, de acordo com as orientações dadas aos professores corretores não aceitavam estratégias diversificadas de resolução dos problemas, mas limitava a cotação ao “certo/errado”. Os resultados estão à vista!

Uma certeza fica: esta é uma prova claramente ideológica. Não parecem restar dúvidas de que a intenção era mostrar que o Novo Programa de Matemática “não funciona”, para o poder denegrir e legitimar a necessidade de o reformular. Mas é, sobretudo, pouco ético, pois é feito à custa dos alunos e dos professores. Ou será que um dos objetivos é desmoralizá-los?

Estas provas de aferição apenas conseguem criar o descrédito relativamente a este tipo de avaliação. Mas então será também isso o que se pretende?

Num país livre (por enquanto!) e num estado de direito, não podemos deixar de denunciar estes aspetos de que ninguém fala, por desconhecimento. Somos nós, professores, que temos de fazer ouvir a nossa voz. Sobretudo, é preciso tornar claro que o que se evidencia neste processo é o insucesso destas provas, mais do que o retrato do que os alunos sabem ou do que os professores ensinam! ■

Eleições Sindicais



Tomada de posse SPGL



Tomada de posse SPZS



Sofia Canha, coordenadora do SPMadeira

Quase em simultâneo, ocorreram eleições para os Corpos Gerentes do SPGL, do Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS) e do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM). As eleições

nos sindicatos são sempre importantes momentos de mobilização das energias dos professores e educadores das respetivas regiões e assumem particular importância em momentos difíceis

como os que atravessamos. A renovação das equipas e a reflexão que estes momentos sempre impõem dão novo ânimo às direções para a luta que se impõe em defesa da escola pública e dos

direitos dos professores e educadores. O SPGL esteve presente nos atos de posse das novas direções e teve oportunidade de endereçar fraternos votos de muito sucesso na sua ação. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direcao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
•Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt

•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

•Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079368 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt



SERVIÇOS MÉDICOS DO SPGL

O SPGL já tem a funcionar nos Serviços Médicos **Acupuntura e Massagens às quartas e sextas das 13h30 às 16h30.**

A Medicina Tradicional Chinesa é composta pela acupuntura, massagem tuina, dietética chinesa, ventosa terapia, moxabustão e Chi Kung (ginástica energética).

A Acupuntura

Consiste na inserção de agulhas nos pontos de acupuntura. Pode ser aplicada nas seguintes patologias assim como na prevenção das mesmas: ansiedade, insónias, depressão, stress, pânico, obesidade, tabagismo, cefaleias, constipações, gripe, asma, sinusite, rinite, enfisema pulmonar, bronquite, faringite, rouquidão, sequelas de A.V.C. (derrame cerebral), paralisia, gastrite, dor abdominal, hemorroidas, cólicas, diabetes,

impotência sexual, ejaculação precoce, frigidez, tendinite, hérnia, dores em geral, fibromialgia, ciática, artrite, obstipação, úlceras, problemas de pele, lombalgias, patologias ginecológicas, etc.

Moxabustão

Pertence à Medicina Chinesa, consiste na queima de artemísia junto aos pontos energéticos da acupuntura.

Massagem Tuina

Massagem chinesa que regula a função dos meridianos, equilibrando o fluxo de energia. A massagem consiste na pressão digital em pontos específicos de tendões e músculos e manipulações de alinhamento. Indicada para equilibrar o fluxo de energia, tonificar os músculos, melhorar a circulação sanguínea e relaxamento.

Acupuntura Estética

Ajuda a emagrecer, na redução de volume, reduzir a retenção de líquidos, celulite, estrias, olheiras e até rugas, etc.

Ventosa terapia

Técnica usada na medicina chinesa. Atualmente uma das vertentes usadas é com vácuo. Indicações: Estimulação da circulação, alívio de dor, desordens gastrointestinais, tensões musculares, stress, celulite, drenagem, etc.

A nível de técnicas de massagem ocidentais temos:

Drenagem Linfática Manual

Massagem com movimentos suaves, circulares e bombeados que relaxam. Estimula a circulação linfática, regenera os tecidos, ajuda em problemas circulatórios, pernas cansadas, edemas.

Massagem de Recuperação ou Terapêutica

É uma massagem localizada em que se manipula os tecidos moles com objetivo terapêutico. Indicada na recuperação gradual de lesões, tonificação, regeneração muscular, reabilitação motora e uma maior flexibilidade muscular.

Seguro de Saúde Açoreana/SPGL

Cobertura de Acidentes Pessoais

Capital de 10.000,00 EUR por Morte ou Invalidez Permanente para os riscos profissionais e extra profissionais

Na presente anuidade, a Companhia de Seguros Açoreana, no âmbito do protocolo existente com o SPGL, garante a oferta da adesão, através da SECRE, a uma cobertura de Acidentes Pessoais com um capital de **10.000,00 EUR** por **Morte ou Invalidez Permanente**, assegurando os riscos profissionais e extra profissionais, a todos os sócios aderentes do seguro AÇOREANA / SPGL – Proteção Saúde.

Para beneficiar desta oferta deve:

No caso de ser aderente do AÇOREANA/SPGL – Proteção Saúde

- Ativar esta cobertura enviando para ativa-ac.pessoais@secre.pt, um email apenas com a indicação do número do Cartão AÇOREANA/SPGL - Proteção Saúde, do número de sócio do SPGL e do número de Contribuinte.

No caso de ainda não ser aderente do AÇOREANA/SPGL – Proteção Saúde

- Aderir a qualquer uma das modalidades do seguro (A ou B)

Existe agora mais uma razão para aderir ao AÇOREANA/SPGL – Proteção Saúde.

Além de ter acesso à maior rede de médicos, hospitais e clínicas, incluindo a assistência médica ao domicílio, de forma a garantir a sua comodidade e segurança de uma forma simples, fácil e económica, ainda dispõe, gratuitamente, de uma cobertura de Acidentes Pessoais.

Mais informações disponíveis em <http://www.secre.pt/spgl/>

NOTAS IMPORTANTES:

(1) O endereço de correio eletrónico ativa-ac.pessoais@secre.pt, destina-se exclusivamente à ativação da cobertura de Acidentes Pessoais, para os restantes assuntos devem ser utilizados os contactos habituais.

(2) Esta cobertura está disponível apenas para os sócios do SPGL, não sendo extensível ao seu agregado familiar.

(3) A cobertura de Invalidez Permanente funciona quando o grau de desvalorização sofrido, de acordo com a Tabela de Desvalorizações constante das Condições Gerais da apólice, for superior a 15%.

(3) Para as novas adesões ao AÇOREANA SPGL – Proteção Saúde, a data de início da garantia de Acidentes Pessoais coincidirá com a do seguro de saúde.

(4) Durante a vigência desta oferta, as garantias da cobertura cessam com o fim da adesão ao AÇOREANA/SPGL – Proteção Saúde, com a desvinculação do sócio ao SPGL ou no momento em que complete os 75 anos de idade.

Conhecer é uma viagem



Viajámos em 2011/2012 com sede de conhecimento, fome de convívio e desejo sempre renovado de re-encontrar os amigos.

Viajámos sempre sob o calendário que pautou as nossas vidas profissionais. Com o ano a começar em setembro.

Então para não perdermos tempo, luxo a que obviamente não nos podemos permitir, com a recordação ainda fresca da primeira semana do agosto de 2010/2011, passada entre a Inglaterra e a Escócia, visitámos Campo Maior e a Festa das Flores. Nesse fim de semana vimos o céu despejar baldes de chuva sobre as milhares de flores que nos serviam de teto nas ruas da cidade e partilhámos a tristeza do povo artista que nos mostrava as fotos das ruas antes da chuva. Levámos flores de papel na mochila e atravessámos o que para nós já foi uma fronteira para Espanha. Badajoz, no caso, que percorremos tanto quanto pudemos e a chuva nos permitiu. Ainda passámos o resto do dia em Elvas e apreciámos as exposições do seu Museu de Arte Contemporânea.

Conhecer é uma viagem e viajar é conhecer, é aprender e ensinar. É partilhar olhares, afetos, gostos e convicções. E, entre risos e abraços de boas vindas, partimos para a Bienal de Vila Nova de Cerveira, em setembro de 2011. Viana do Castelo primeiro, depois, Vila Nova de Cerveira e a sua Bienal, o Aqua Museu e o Parque Biológico do Minho e as esculturas de José Rodrigues antes de saltarmos para a Galiza, em terras de Espanha: Pontevedra, Sanxenxo e os olhos cheios de paisagens, a camioneta cheia de conversas, o apetite saciado com gostosas refeições e o regresso a Portugal, a Valença do Minho, Monção e Ponte de Lima, com o seu festival internacional de jardins que nos surpreendeu e nos deu excelentes fotografias.

E setembro acabou. A crise adensou-se sobre as nossas vidas. outubro foi mês de luta. Manifestámo-nos nas ruas. Pensámos no que fazer. As nossas viagens, tão importantes para a vida que nos sobra da que gastámos a trabalhar, começavam a estar em risco. Os empregos de milhares de trabalhadores estavam em risco, a segurança dos nossos filhos e netos, para nosso espanto, estava comprometida. Os nossos subsídios de férias e de Natal iam ser-nos roubados. Tudo isto, sob a suspeita de que “nós” tínhamos gasto “acima das nossas possibilidades”. E nós sabemos que não fomos nós. Não somos nós. São eles. Os que governaram nos últi-

mos anos o nosso país é que gastaram os nossos impostos acima das suas possibilidades...

E chegou novembro. E voltámos a organizar-nos noutra viagem. Fomos a Vilar de Perdizes, em terras do Barroso e Alto Tâmega. Visitámos aldeias envelhecidas, o retrato do abandono das gentes do



interior, aldeias com poucas dezenas de habitantes, sem crianças nem escolas, sem jovens, com a vida a esgotar-se. Respirámos fundo. Tirámos fotografias. Fizemos alguns silêncios e aproveitámos a festa de Vilar de Perdizes e apreciámos o esforço do Padre Fontes na defesa das raízes culturais da região e do trabalho de jovens artistas que nos representaram a esperança da sobrevivência.

2012 entrou sombrio. Os noticiários e os jornais davam-nos, todos os dias, o retrato de um país a ser ameaçado por fora pela troika dos ricos e a esfarralar-se por dentro numa pobreza crescente. Foi então



que resolvemos ir à Índia. Em Março de 2012, 93 de nós, partimos para um país de todos desconhecido. Levávamos na bagagem uma imensa curiosidade, as vacinas em dia, medicamentos recomendados para eventualidades, guias de viagens, mapas e toda a informação que uns e outros tinham conseguido reunir sobre o que esperávamos encontrar. E, claro, máquinas fotográficas. Organizámo-nos em 3 grupos e aterrámos em Delhi muitas horas depois de sairmos de Lisboa. Entrámos em 3 camionetas a caminho do hotel e, ao olharmos pelas janelas, rapidamente nos apercebemos do fosso existente entre a vida, mesmo má, dos pobres da Europa e a vida dos pobres na Índia. Ali, os pobres são mais pobres e são muitos. Até nos pareceu que eram todos! Depois reparámos que havia ricos, em prédios escondidos por grandes vedações cobertas de arbustos. Custou-nos distinguir a Nova da Velha Delhi. Espremíamos com perguntas os nossos guias. Aos solavancos, dentro de riquexós guiados por homens magros e aparentemente fracos, íamos percorrendo as ruas no meio de um trânsito completamente caótico, de um barulho ensurdecedor de buzinas, fazen-

do os possíveis por ir interiorizando as informações que nos chegavam por tudo o que era lado. Depois foi Varanasi e o Rio Ganges. A religiosidade do povo indiano surpreendeu-nos, assim como a aparente passividade (nós não sabemos) com que milhares e milhares de homens e mulheres aceitam aquelas condições de vida. O número espantoso de deuses e divindades tão antigas como o tempo poderá ser a razão de ser daquele povo de olhar doce que nos cumprimentava de mãos postas e de sorriso calmo. A coexistência pacífica entre muçulmanos e hindus, as motas, bicicletas e motoretas com famílias inteiras em cima, os homens semi nus a banharem-se nas águas poluídas do Ganges, o colorido dos saris das mulheres, as crianças que corriam para nós, os vendedores de colares, os deuses a espreitarem-nos de nichos nas paredes, os búfalos e vacas a passearem tranquilamente, o jovem pai de chinelos com uma criança em cada mão a caminho da escola, um atrelado de uma mota cheio de crianças ruidosas e sorridentes a caminho de uma escola que não se via em lado nenhum... Era impossível pensar no memorial de Gandhi ou nos jardins de Nova Delhi ou sequer nos ricos, nos mafiosos, nos corruptos. O que víamos apagava constantemente a informação anterior.

Deixámos Varanasi e seguimos para Agra, Jaipur, Amber, Goa e, por fim, Mumbai. Andámos novamente de riquexó, andámos de elefante, de comboio, de camioneta e de avião. Em Agra, Vimos o Taj Mahal, o mais conhecido dos monumentos do país que está classificado pela UNESCO como Património da Humanidade. Em Jaipur, a cidade rosa, andámos de elefante. Em Goa confirmámos a presença dos portugueses. Em Mumbai o prédio mais caro do mundo.

Quando chegámos a Lisboa, precisámos de umas semanas para digerirmos tudo aquilo que tínhamos visto, sentido, falado nesta extraordinária viagem onde testámos a nossa resistência. Foi a oportunidade única de fotografar a Índia. Só juntos conseguiríamos tal proeza. Por isso encontrámo-nos num jantar para falarmos sobre a viagem e para distribuímos o vídeo com o diário da nossa aventura

A 26 de Abril, com o objetivo de fazermos a rota do elefante Salomão segundo José Saramago, começámos pela Terra de Camões, a Vila de Constância, seguimos para Alpedrinha, Fundão, Belmonte, Sortelha,



Almeida e Castelo Rodrigo. Aí despedimo-nos do Salomão e continuámos a viagem para Vila Nova de Foz Coa, Marialva,

Trancoso e Viseu. Esta foi a nossa última viagem do ano letivo de 2011/2012. Mas não desistimos. Para o ano, continuamos!

Podem ver excertos dos vídeos das nossas viagens em <http://www.youtube.com/user/mariabravo?feature=mhee>

Legislação

- **Dec. Regulamentar 26/2012, 24/2**
Regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- **Dec. Lei 32/2012, 13/2**
Estabelece as normas de execução do OE para 2012.
- **Dec. Lei 41/2012, 21/2**
Procede à 11ª alteração do ECD, aprovado pelo D.L. 139-A/90 de 28/4.
- **Despacho 2146/2012, 14/2**
Reconhecimento da profissionalização após a conclusão com aproveitamento dos cursos de pós-graduação de especialização em Ensino da Informática e pós-graduação de especialização em Ensino de Economia e Contabilidade, ministrado pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

- **Despacho 2283/2012, 15/2**
Reconhecimento como profissionalização em serviço após conclusão com aproveitamento do curso de Profissionalização em serviço, ministrado pela Universidade Aberta até final do ano escolar 2010/2011.
- **Portaria 91/2012, 30/3**
2ª alteração à Portaria 550-E/2004, que cria diversos cursos do ensino recorrente de nível secundário, aprova os respetivos planos de estudo e aprova o regime de organização administrativa e pedagógica e de avaliação aplicável aos cursos científico-humanísticos, aos cursos tecnológicos e aos cursos artísticos especializados, nos domínios das partes visuais e dos audiovisuais, de ensino recorrente de nível secundário.
- **Despacho 5016-A/2012, 12/4**
Definição de um conjunto de

normas relacionadas com as matrículas, distribuição dos alunos por escolas e agrupamentos, regime de funcionamento das escolas e constituição de turmas.

- **Despacho normativo 6/2012, 10/4**
Aprova o regulamento de funcionamento do júri nacional de exames e o regulamento das provas e dos exames do ensino básico e secundário.
- **Portaria 105/2012, 17/4**
6ª alteração à Portaria 550-D/2004, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário.
- **Portaria 97/2012, 5/4**
Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedidos ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e estabelecimentos do ensino particu-

lar cooperativo.

- **Despacho 6042/2012, 8/5**
Mobilidade interna por condições específicas dos docentes de carreira dos estabelecimentos de ensino da rede pública do continente e regiões autónomas.
- **Despacho Normativo 13-A/2012 de 5 de junho**
Organização do ano letivo
- **Lei 23/2012 de 25 de junho**
3ª alteração Código de Trabalho
- **Dec. Lei 132/2012 de 27 de junho**
Concursos
- **Dec. Lei 133/2012 de 27 de junho**
Altera o regime jurídico de proteção social nas eventualidades de doença, paternidade,...
- **Dec. Lei 137/2012 de 2 de julho**
2ª alteração ao D.L. 75_2008, sobre a gestão escolar

LE MONDE *diplomatique*

EDIÇÃO PORTUGUESA

Novo formato,
o mesmo rigor
Novas ideias,
a mesma independência
Mais páginas e a cores,
todos os meses

assine já



Avaliação de Desempenho do pessoal docente contratado a termo resolutivo (especificidades do regime)

O atual Regime Jurídico de avaliação do pessoal docente encontra-se previsto nos artigos 40º a 49º, do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo D.L. nº 139-A/90, de 28 de abril, na redação que lhe foi dada, recentemente, pelo D.L. nº 41/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto Regulamentar nº 26/2012, da mesma data, que o regula. O âmbito da aplicação deste regime abrange, não só os docentes integrados na carreira, como também os docentes em período probatório e **os que se encontram em regime de contrato de trabalho a termo**. A presente rubrica destina-se apenas a prestar informações sobre as **especificidades do regime** da avaliação deste último universo de docentes.

Assim, para este grupo, o artigo 30º, nº 5, do referido Decreto Regulamentar, vem dispor, em sede de regime transitório, que, no decurso do **ano escolar em curso** (2011/2012), os mesmos são avaliados através de um procedimento simplificado da responsabilidade do agrupamento de escolas ou escola não agrupada onde exercem funções **ou** com os quais celebraram o último contrato a termo, relevando, neste caso, os elementos avaliativos obtidos nos contratos anteriores celebrados no ano em questão. Através de Nota Informativa, datada de 31/05/2012, a DGRHE já veio esclarecer que ao referido procedimento de avaliação simplificado se aplica o requisito temporal mínimo fixado no artigo 5º, nº 5, do mesmo diploma legal ou seja, são pelo mesmo abrangidos todos os docentes contratados a termo certo que tenham cumprido um mínimo de 180 dias de serviço letivo efetivamente prestado. Significa isto, que o referido tempo de serviço deverá ser contado de forma seguida, independentemente da carga horária atribuída.

Ainda a propósito do requisito temporal para a avaliação de desempenho, o mesmo Decreto Regulamentar vem dispor que, no caso em que o limite mínimo de 180 dias de serviço letivo efetivamente prestado (a que o seu artigo 5º, nº 5, se reporta) resultar da celebração de mais do que um contrato a termo, a avaliação será efetuada pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada cujo contrato termine em último lugar, tendo em conta os elementos avaliativos das outras escolas.

No caso de os referidos contratos terminarem na mesma data, é ao docente que cabe optar pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada que realiza a avaliação.

O artigo 41º, nº 2, do ECD vem, também, esclarecer que o tempo de serviço prestado pelos docentes em questão, que não satisfaça a verificação do mencionado requisito do período mínimo exigido para avaliação de desempenho releva para todos os efeitos legais (progressão, concursos, aposentação, etc.). Embora a observação de aulas, no âmbito da avaliação de desempenho, constitua um requisito obrigatório para os docentes que se encontram em período probatório ou integrados nos 2º e 4º escalões da carreira, o artigo 18º, nº 7, do já citado Decreto Regulamentar Nº 26/2012, vem dispor expressamente que, tal como sucede com os restantes não incluídos na exceção, os docentes contratados a termo também não se encontram sujeitos a tal requisito.

A especificidade do regime de avaliação de desempenho deste grupo de docentes também se constata ao nível dos respetivos efeitos. Assim, dispõe a lei que a atribuição, aos mesmos, de duas menções consecutivas de *Insuficiente* "determina a impossibilidade de serem admitidos a qualquer concurso ou recrutamento de pessoal docente **nos três anos escolares** subsequentes à atribuição daquela avaliação".

Por sua vez, a atribuição, aos mesmos docentes, da menção qualitativa de *Muito Bom* ou de *Bom* na última avaliação, no âmbito do modelo contido no Decreto Regulamentar nº 26/2012, faz crescer em 1 valor à graduação dos candidatos, para efeitos do concurso seguinte.

Finalmente, importa ainda esclarecer que, sobre esta matéria da avaliação de desempenho, a DGRHE veio informar que o universo de docentes em questão não é obrigado a realizar formação contínua creditada no ano escolar de 2011/2012 daí decorrendo que os mesmos não têm que proceder à entrega de declarações passadas pelos Centros de Formação de Associação de Escolas que justifiquem a sua não frequência de formação contínua creditada, durante o referido ano escolar, por ausência de oferta formativa ■



ctt correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 977798

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 000020759IC
PODE ABREIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

MANIFEST

DOS PROFESSORES

do protesto, da indignação, da exigência

Lisboa (Rossio)
12 de Julho – 15h00

Pelo emprego

Contra os horários zero



FENPROF
www.fenprof.pt



Participa!